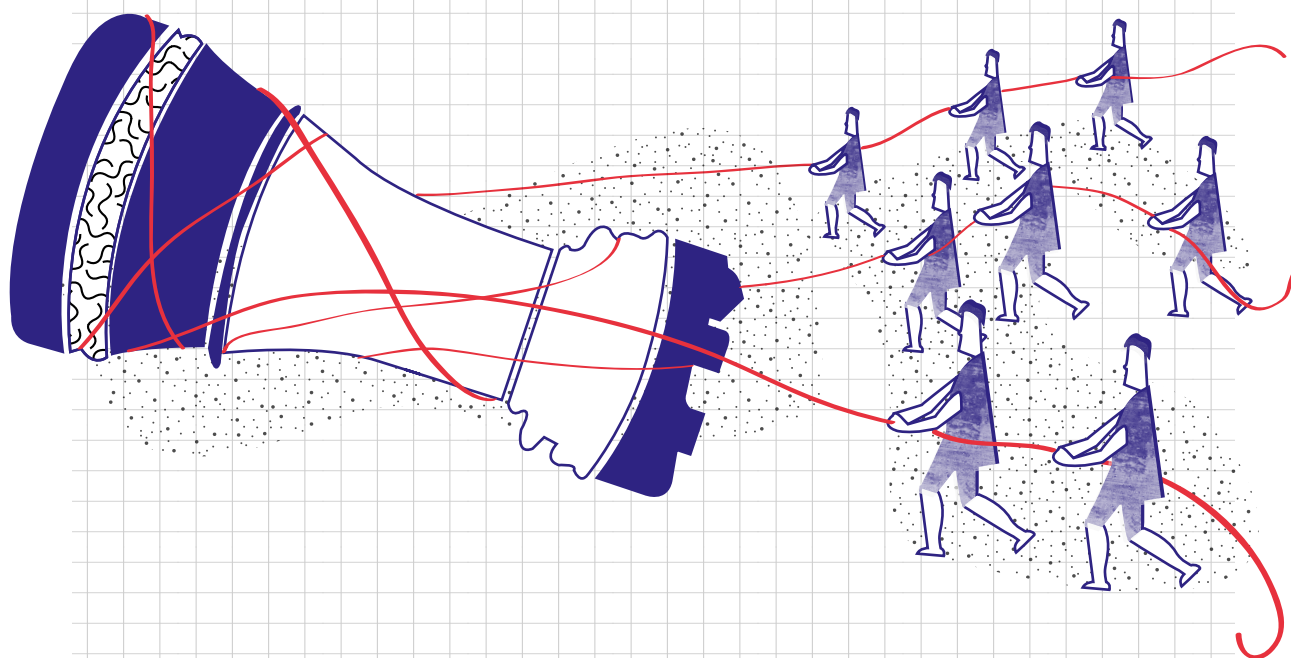


# ensino **SUPERIOR**

revista do SNESup



## **DERRUBANDO TORRES DE MARFIM**



**Porque leem menos  
os académicos?**

Paulo Peixoto

**Da "Torre de Marfim"  
à "Educação ao  
serviço da Economia"**

Mariana Gaio Alves

**Sobre o acordo  
ortográfico de 90**

Maria do Carmo Vieira

## Nova imagem

O nº 54 da *Ensino Superior – Revista do SNESup* traz consigo uma nova imagem. Esta nova imagem é o resultado de um desafio lançado aos estudantes da unidade curricular “Design de Edições Periódicas” do Mestrado em Design Editorial do Instituto Politécnico de Tomar (IPT). Orientados pelo professor Fernando Coelho, os estudantes conceberam, individualmente e em grupo, várias propostas de alteração do design da revista. Num júri constituído pelos professores do IPT Fernando Coelho e Luís Moreira, e, pelo SNESup, por Gonçalo Leite Velho e por mim próprio, selecionámos, por unanimidade, a proposta dos estudantes Beatriz Arnaut, Francisco Lopes e Mariana Vidigal.

Não obstante a reformulação gráfica, a revista mantém as suas rubricas habituais.

Neste número, Mariana Gaio Alves olha a contemporaneidade do ensino superior confrontando duas representações antagónicas: a “torre de marfim” e a “educação ao serviço

da economia”. Maria do Carmo Vieira reflete sobre a inutilidade do acordo ortográfico de 1990. Paulo Ferreira da Cunha enquadra os universitários em tempos e em espaços do seu relaxamento. Nas “Breves” damos conta de algumas das atividades recentes do SNESup. Na secção “Vida sindical”, Gonçalo Mello Bandeira apresenta a Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup e reproduz-se uma decisão dessa comissão relativa à vida interna do sindicato. E na habitual rubrica de opinião questiona-se “porque leem os académicos menos trabalhos académicos?”

Estamos certos que, além da inovação visual e gráfica, este número da revista transporta renovados motivos de interesse para que dela se faça um instrumento de ligação entre os associados, um meio de divulgação e também um cartão de afirmação pública do SNESup. •



**PAULO PEIXOTO**

[PAULO.PEIXOTO@SNESUP.PT](mailto:PAULO.PEIXOTO@SNESUP.PT)



**IPT - Seleção dos projetos de reformulação da revista**

## Porque leem os acadêmicos menos trabalhos acadêmicos?

**E**m abril de 2014, Dahlia Remler, perturbada com rumores relativos à elevada percentagem de artigos científicos que nunca foram citados, procurou saber mais sobre o assunto. Remler concluiu que, ainda que os rumores mais sensacionalistas fossem manifestamente exagerados, parte muito significativa dos artigos publicados – 12% na área da medicina, 27% nas ciências naturais, 32% nas ciências sociais e 80% nas humanidades – nunca tinham sido citados.

Um mês antes, Rose Eveleth lembrava que cerca de 50% dos artigos científicos nunca são lidos por outras pessoas que não sejam os seus autores, os seus avaliadores e os editores da revista onde são publicados. Por outro lado, ainda no mesmo ano (2014) o trabalho sistemático liderado por Carole Tenopir mostrava que nos EUA, embora não seja líquido que os académicos estejam a ler menos artigos, é claro que dispensam cada vez menos tempo à leitura de cada um dos artigos que leem. Se nos anos 1980 os académicos norte americanos liam 12 artigos por mês com um tempo médio de leitura de 48 minutos por artigo, hoje leem 22 artigos por mês, mas consagram apenas 30 minutos à leitura de cada artigo.

Na polémica desta inconclusiva discussão, é curial concluir que os académicos não estão a ler nem mais nem menos; leem, sobretudo, de um modo diferente. Tenopir acredita que os académicos chegaram ao limite do uso do tempo que dispõem para ler. Aplicando o conceito de “ler” à leitura que vai para lá do título e do resumo do artigo, Tenopir sugere que a informação disponível em linha está a permitir filtrar mais rapidamente o que se lê e também a forma como se lê. Além disso, o mercado das publicações está a tornar a noção de artigo tão opaca que perguntar “quantos artigos científicos leu aproximadamente no último mês” parece fazer cada vez menos sentido.

O *Diretório de Periódicos Ulrich*, a mais extensiva das bases de dados na matéria, lista

28134 periódicos ativos, publicados em língua inglesa, com base em sistema de revisão de pares. O número aumenta para 34585 se considerarmos os periódicos do mesmo tipo cuja língua de publicação não é o inglês. Neste universo, os padrões variam imenso entre as várias áreas científicas. Fora desse universo, se compararmos, por exemplo, a importância que têm para a medicina e para as humanidades artigos e livros, a disparidade aumenta significativamente.

Dados da revista *Nature* têm mostrado que o número de artigos publicados tem crescido a uma taxa de 9% ao ano e que esta indústria tem vindo a duplicar-se de 9 em 9 anos. No contexto geral que acabamos de balizar neste artigo de opinião, ter impacto (aferido pela citação e pela leitura) é cada vez mais complexo. Alguns trabalhos (e. g. J. Evans, *Science*, 2008) sugerem que, em virtude da combinação da importância das publicações periódicas e da leitura em linha, os artigos lidos e citados tendem a ser estrategicamente os mais recentes e que as citações se concentram cada vez mais num número reduzido de artigos e de revistas. Embora esta tendência conheça exceções, ela é a expressão de um mercado global que sitiou e enviesou a divulgação dos resultados científicos por via das publicações. Pela minha parte, sou um entusiasta das políticas recentemente adotadas pela UE, e já ratificadas em Portugal, relativamente ao acesso aberto. Resta saber até onde o lucrativo mercado das publicações científicas será capaz de colocar entraves ao sucesso dessa política. Acredito que os resultados estão sobretudo e ainda nas mãos dos académicos. Sendo, porém, verdade que esta alteração estrutural não traz vantagens para muitos académicos que se instalaram e floresceram nesse fabuloso mercado das publicações científicas. •



PAULO PEIXOTO



## Opinião

Esses artigos  
que ninguém lê

---



## Breves

O trabalho  
sindical recente  
do SNESup

---



## Vida Sindical

Fiscalização  
e disciplina sindical

---



## Organização do Ensino

O ensino superior  
na contemporaneidade:  
da “Torre de Marfim”  
à “Educação ao serviço  
da economia”?



## Temas atuais

Sobre o Acordo  
Ortográfico de 90

Um universitário  
no seu *otium*

---

### SEDE NACIONAL

Av. 5 de outubro 104, 4º 1050-060 Lisboa  
Telefone: 217 995 660  
Fax: 219 995 661  
Email: [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt)  
Coordenadas - 38.742787 N - 9.1485938 W

### SEDE DE COIMBRA

Rua do Teodoro, 8 3030-213 Coimbra  
Telefone: 239 781 920  
Fax: 239 781 920  
Email: [snesup.coimbra@snesup.pt](mailto:snesup.coimbra@snesup.pt)  
Coordenadas - 40.12101 N - 8.24385 W

### SEDE NO PORTO

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º (Rotunda  
da Boavista) 4100-357 Porto  
Telefone: 225 430 542  
Fax: 225 430 543  
Email: [snesup.porto@snesup.pt](mailto:snesup.porto@snesup.pt)  
Coordenadas - 41.1579648 N - 8.6304681 W

**PROPRIEDADE:** SNESUP, [www.snesup.pt](http://www.snesup.pt) **JAN/FEV/MAR** Periodicidade trimestral **ADMINISTRAÇÃO** Av. 5 de outubro 104, 4º 1050-060 Lisboa | Telefone: 217 995 660 | Fax: 219 995 661 email: [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt) **DIRETOR:** Paulo Peixoto **DIRETORAS-ADJUNTAS** Catarina Fernando, Teresa Nascimento **CONSELHO EDITORIAL** Álvaro Borralho, Catarina Fernando, Gonçalo Velho, João Leitão, Mariana Gaio Alves, Paulo Ferreira da Cunha, Teresa Nascimento **PRODUÇÃO E EDIÇÃO** Beatriz Arnaut, Francisco Lopes, Mariana Vidigal | Registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social com o número 125898 **TIRAGEM** 5000 exemplares **DEPÓSITO LEGAL** 180504/02 **ISSN** 2183-2110 **ESTATUTO EDITORIAL** <http://www.snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EEVZFpAEpMzpsAKEX> **PREÇO:** 5€ **ASSINATURA DE 5 NÚMEROS:** 25€ **CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS** Yusuke Kawasaki (Wikimedia Commons) ; Chris Brown (Wikimedia Commons).



## ASSEMBLEIA GERAL DO SNESUP: RESULTADOS

A Assembleia Geral do SNESup realizada no passado dia 27 de janeiro obteve uma participação, condizente com votações anteriores. Apesar do forte apoio, com uma percentagem de votação de 95,5%, a proposta de alteração aos Estatutos do SNESup ainda não alcançou o necessário nível de participação, que permita concretizar a mesma. É por isso sempre importante voltar a referir que ser sócio do SNESup é também participar da sua vida interna, nomeadamente as Assembleias Gerais. As propostas de alteração do Regulamento Eleitoral e alteração ao Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral mereceram a aprovação de 84,6% e 89,5% dos votos, respetivamente.

A proposta de adesão à Internacional da Educação apresentada pelos membros da Direção mereceu a aprovação dos votantes, com valores claros e expressivos (95,5%) reunindo assim os necessários 4/5 dos votantes. O mesmo não aconteceu com a proposta de adesão à Internacional de Educação apresentada por outro colega, que foi rejeitada, pois com apenas 56,7%, não reuniu a necessária aprovação necessária de 4/5 dos votantes.

A proposta de alteração ao Regime de Docentes e Investigadores das Instituições Privadas apresentada pelos membros da Direção foi aprovada com 83,8%, o mesmo acontecendo com a proposta apresentada por outro colega, apesar de ter reunido apenas 41,7% dos votos mas sendo esta percentagem superior aos votos contra (35%).

O Relatório e Contas de 2014 mereceu a ratificação com voto favorável de 91,5% dos votantes.

A todos os associados que participaram em mais este momento de decisões da vida do SNESup, o nosso agradecimento!

## OE2016: PROPOSTAS APROVADAS NA AR

A Lei de Orçamento de Estado para 2016 teve algumas alterações aprovadas, mas não no sentido da necessária mudança de política para o ensino superior e ciência, sobretudo no que toca à precariedade e à resolução dos problemas que se acumulam do passado.

Um sinal positivo foi dado pela aprovação

da proposta de alteração do n.º 1 do art.º 23.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE), que permite que os tetos salariais utilizados como limites à contratação tenham em conta a reposição dos salários prevista no artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015.

Vingaram também os nossos argumentos, apresentados no Parlamento, de que o n.º 3 do art.º 23.º penalizaria as instituições que se encontram em contextos mais desfavorecidos, sendo por isso um sinal errado para a coesão territorial. Este número foi eliminado por aprovação de proposta do Partido Comunista Português (PCP), embora existissem propostas semelhantes do BE, bem como do Partido Socialista (PS).

Ainda no âmbito do art.º 23.º, foi aprovada uma proposta do PS de aditamento de um n.º 4 que permite que, em situações excecionais, possam ser efetuadas contratações para além dos tetos orçamentais previstos. Esperamos que esta não seja a porta para a anunciada “flexibilização do emprego científico”, com o provimento a contratações por “urgente conveniência do serviço”. Para quem não se lembra, esta é uma das razões históricas para as taxas elevadas de precariedade, nomeadamente no ensino superior politécnico.

Nas demais matérias, valeu a reprovação, através do voto contra do PS. Foi assim com a proposta do PCP relativa ao aditamento de um art.º 24.ºA, que sinalizaria um primeiro passo para a estabilidade do vínculo dos investigadores que estejam a suprir necessidades permanentes; e foi assim também com a proposta de prolongamento do Regime Transitório que o BE procurou introduzir em Lei de Orçamento de Estado. A proposta do PCP foi rejeitada pelo voto contra do PS, com a abstenção do PSD e do CDS e votos favoráveis do PCP e BE. A proposta do BE foi rejeitada com os votos contra do PS e do CDS, abstenção do PSD e votos favoráveis de PCP e BE.

As votações são sinais políticos que enunciam posições. Contudo, a esquizofrenia política de votar num sentido enquanto partido de oposição e noutro, já, como partido de governo, leva à erosão da representatividade. A consequência tem sido o crescimento da revolta contra o poder político, com o afastamento da própria democracia.





#### **RESOLUÇÃO SOBRE REGIMES TRANSITÓRIOS E DIRETIVA 1999/70/CE**

Foi aprovada na última semana de março a redação final da Resolução que resulta do acordo entre as três propostas aprovadas anteriormente por PS, PCP e BE relativamente ao Regime Transitório e contratação com vínculos estáveis, e que recomenda ao Governo “a prorrogação do período transitório previsto no estatuto de carreira docente do ensino superior para a conclusão do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público”.

Esta Resolução, apesar de ser um sinal político importante dado pelos três partidos que suportam na Assembleia da República o Governo, em si significa apenas uma recomendação mas não inscreve um Decreto-Lei, nem se torna Lei. Apesar de ser muito positiva não está ainda nada concretizado, pelo que não podemos dar nada por adquirido até que surja efetivamente a necessária legislação.

Há assim agora que concretizar e resolver o espaço de precariedade no ensino superior e ciência. O SNESup escreveu já ao Ministério nesse sentido. O tempo escasseia e os meses de abril e maio são decisivos para a implementação de medidas legislativas efetivas. Mantemos esta batalha e não deixamos cair ninguém. Os Colegas sabem que contam com o SNESup. E todos contam para a aplicação de um princípio simples e transversal: necessidades permanentes = vínculos estáveis!

#### **VENCIMENTOS EM 2016 E QUOTA DO SNESUP**

Estão disponíveis no site do SNESup as tabelas de vencimentos para o ano de 2016, com a reposição trimestral dos cortes aos vencimentos. Assim, no final deste ano, os valores de vencimento serão então iguais aos estabelecidos para o início do ano de 2010. São mais de seis anos de regressão nos vencimentos. Para quem, os custos e benefícios? Eis uma reflexão que importa fazer. O estímulo ao talento e à produtividade, durante estes seis anos, torna-se evidente... Claro está que, para além da reposição do que havia sido tirado, temos também o demais, que resultou na novela dos processos de avaliação de desempenho e da necessária progressão remuneratória. Muitos colegas têm-nos escrito em relação a esta matéria, chamando a atenção para o congelamento dos valores dos vários escalões e da progressão entre os mesmos. Ora, uma maior representatividade demonstra uma maior força. É por isso fundamental que todos possam estar associados. Estar sindicalizado é parte importante e necessária de se ser docente do ensino superior e investigador. Incluímos também o valor de quota do SNESup, bem como a recuperação da mesma em sede de IRS.

#### **REUNIÃO DE DOCENTES NO IPPORTALEGRE**

No dia 11 de fevereiro o SNESup organizou uma reunião de docentes no Instituto ▶



Politécnico de Portalegre, que ocorreu na Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Estiveram presentes vários colegas, sendo a reunião coordenada pelo Delegado Sindical Rui Pulido Valente, estando também presente o Vice-Presidente da Direção Gonçalo Leite Velho. Nesta sessão foram abordadas as questões relativas ao Regime Transitório, estabilização de vínculos e o processo de Avaliação de Desempenho Docente deste instituto. Tal como concluímos na parte final da reunião, é necessário um reforço dos mecanismos de autonomia e capacitação dos docentes, com uma maior intervenção para o correto funcionamento dos órgãos de decisão numa perspetiva de colegialidade (entre colegas). Em algumas instituições há um longo caminho a percorrer e as consequências em termos de desânimo e frustração tornam-se rapidamente evidentes. É urgente intervir sobre este problema, sobretudo perante aqueles que estão a lutar mas em zonas do país em que os desequilíbrios socioeconómicos são mais evidentes, com problemas óbvios em termos de coesão territorial.

#### SNESUP REÚNE NA ESHTÉ

O SNESup promoveu uma reunião de docentes na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTÉ), que ocorreu a 18 de fevereiro. Antes da sessão houve uma reunião de apresentação de cumprimentos com o Presidente da ESHTÉ, Raúl das Roucas Filipe, onde foi possível trocar alguns pontos de vista sobre a situação do ensino superior e do regime de vinculação dos docentes. A sessão de esclarecimento foi bastante participada, sendo coordenada pelo Delegado Sindical Vítor Ambrósio e com a presença do Vice-Presidente da Direção Gonçalo Leite Velho. Este prestou informações sobre o estado atual da negociação sobre o regime transitório e estabilização de vínculos, matéria com bastante relevo para os colegas presentes. Foi também possível analisar a situação de diversos colegas, o que é importante no âmbito das negociações em curso. Há casos urgentes com contratos a terminar em maio. Situações que apenas dependem da produção da tão esperada legislação, numa escola que opera num contexto com menos dificuldades e que pretende dar estabilidade ao seu corpo docente.

#### RCPD UCOIMBRA: SNESUP REÚNE COM REITORIA

O SNESup reuniu no passado dia 21 de janeiro com a reitoria da Universidade de Coimbra de forma a trabalhar sobre a proposta de Regulamento de Contratação de Pessoal Docente. Foi uma longa reunião, de trabalho intenso, versando ponto a ponto sobre este documento, integrando os contributos que o SNESup já havia apresentado, verificando e procurando que fossem reformuladas algumas das enunciações. Tal como referimos, num momento em que a questão das métricas e dos indicadores é cada vez mais colocada em causa, deve ser tido cuidado na forma como se tenta determinar os processos de contratação. Sobretudo, deve-se privilegiar o funcionamento assente na capacidade de construção de equipas, *versus* uma contratação fugaz de estrelas académicas.



#### FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

#### SNESUP REÚNE COM DIREÇÃO DA FCT/UNL

No dia 28 de janeiro, o SNESup foi recebido pelo Diretor da FCT/UNL, Professor Fernando Santana, bem como por dois Subdiretores, Professores Graça Martinho e José Júlio Alferes, e ainda pelo Professor Luís Caires, enquanto responsável da Comissão de Revisão do RAD daquela Faculdade. Pela parte do SNESup, participaram na reunião o Presidente da Direção, António Vicente, as delegadas sindicais da FCT/UNL, Paula Urze e Vanda Lourenço, e ainda Mariana Gaio Alves, membro da Direção e docente naquela Faculdade. O principal objetivo da reunião foi o de analisar com maior profundidade o conjunto de considerações e propostas de alteração apresentadas pelo SNESup sobre o projeto de revisão

do RAD da FCT/UNL e que havia sido remetida à Direção daquela instituição em 5 de janeiro. É de sublinhar o clima de cordialidade e abertura em que a reunião decorreu, permitindo a partilha de pontos de vista entre os presentes na reunião e também o esclarecimento de algumas das propostas apresentadas pelo SNESup. Porém, lamentamos que tenha existido tão pouca abertura da Direção da FCT/UNL para integrar a maior e mais significativa parte das sugestões avançadas pelo SNESup. Nomeadamente, entendemos que teria sido especialmente importante assegurar uma maior flexibilidade da valorização respetiva de cada uma das quatro vertentes em avaliação em cada triénio, bem como as sugestões relativas quer aos poderes dos Presidentes de Departamento na avaliação dos seus docentes quer à avaliação do próprio Diretor.

#### **SNESUP REÚNE COM REITOR DA UNL**

No dia 22 de fevereiro, o SNESup foi recebido pelo Reitor da Universidade Nova de Lisboa (UNL), António Rendas, estando também presente o Pró-Reitor José João Abrantes. Pela parte do SNESup, participaram na reunião o Presidente da Direção António Vicente e Pedro Aires Oliveira (docente na FCSH/UNL), Paula Urze e Mariana Gaio Alves (ambas docentes na FCT/UNL). A reunião havia sido solicitada há já alguns 4 meses pelo SNESup com o objetivo de conhecer as razões e expectativas da anunciada passagem da UNL para o regime fundacional. A delegação do SNESup foi informada de que a passagem da UNL para o regime fundacional foi proposta por esta instituição ao Governo anterior em setembro de 2015, tendo sido obtida da parte do atual Governo no último mês de dezembro a indicação de que o processo de negociação preparatório da passagem para o regime fundacional poderia ter início. O Reitor da UNL, António Rendas, indicou que a passagem a Fundação não implicará alterações do modelo organizacional e de governança desta universidade, exigindo a aprovação dos Conselhos de cada uma das nove unidades orgânicas e prevendo-se que o processo possa estar concluído em janeiro de 2017. Os representantes do SNESup ressaltaram que os contratos atuais dos docentes e investigadores se devem manter inalterados e

enquadrados pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) nas Universidades que adotam o regime fundacional. Além disso, explicitaram a posição do SNESup de que a contratação de docentes e investigadores nas instituições de ensino superior fundacionais deverá ocorrer preferencialmente ao abrigo do ECDU (Estatuto da Carreira Docente Universitária), e logo da LGTFP, restringindo as contratações ao abrigo do Código do Trabalho a situações verdadeiramente temporárias (essencialmente de convidados) por forma a evitar a existência de duas carreiras paralelas. No final da reunião, houve ainda oportunidade para uma breve troca de informações e opiniões sobre as questões dos Regulamentos de avaliação de desempenho das diferentes unidades orgânicas e relativamente às remunerações dos colegas que obtiveram a agregação.

#### **SNESUP RECEBIDO NA ESCOLA NAVAL**

O SNESup foi recebido na Escola Naval no passado dia 22 de fevereiro, no âmbito do processo de audição dos Regulamentos: Regulamento da Avaliação de Desempenho de Docentes bem como de Prestação de Serviço dos Docentes da Escola Naval. Fomos recebidos pelo Diretor de Ensino Capitão de Mar e Guerra João Paulo Ramalho Marreiros, com quem reunimos, e que teve a amabilidade de nos apresentar também a escola e as suas instalações. No final, tivemos ocasião de ser recebidos pelo Contra-Almirante Edgar Ribeiro, Comandante da Escola Naval, com o qual dialogámos sobre o futuro do ensino superior militar.

#### **SNESUP REÚNE COM PRESIDENTE DO IPS**

A Direção do SNESup foi recebida pelo Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal no dia 25 de fevereiro, em reunião marcada com o objetivo de procurar uma solução 5 sobre os efeitos remuneratórios decorrentes da obtenção do título de agregado. A reunião decorreu num ambiente afável e de procura de resolução das questões. Dada a situação, o recurso ao Centro de Arbitragem Administrativa apresenta-se como melhor local para resolver esta matéria, existindo acordo sobre o mesmo. Naturalmente, foi também possível trabalhar sobre outras matérias, nomeadamente as





Fonte: Yusuke Kawasaki



questões do regime transitório e a aplicação da Diretiva 1999/70, sendo abordado o trabalho de negociação desenvolvido pelo SNESup e a procura por resolver a situação de muitos docentes. Como podemos verificar é urgente que tal aconteça.

#### SNESUP REÚNE COM DIRETOR DA FCULISBOA

Uma delegação do SNESup foi recebida no passado dia 25 de fevereiro pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCULisboa) com vista a concretizar a audição sindical relativa ao projeto do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes daquela Faculdade e à apresentação das propostas do SNESup. A reunião decorreu num clima cordial e afável e foi possível chegar a entendimento sobre várias das propostas apresentadas pelo SNESup nomeadamente ser da responsabilidade de cada docente identificar a área disciplinar em que se integra ou a necessidade de pertencer ao Conselho Científico a última palavra sobre as classificações finais de cada docente, ratificando-as. Esperamos que possa agora este Regulamento estar mais adequado à realidade da Faculdade e evitem-se assim problemas ocorridos aquando da implementação da versão anterior.

#### SNESUP REÚNE COM PRESIDENTE DO IPG

O SNESup reuniu com o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda no passado dia 8 de março, a propósito da negociação do Regu-

lamento de Distribuição do Serviço Letivo do Instituto Politécnico da Guarda, do qual ainda aguardamos o texto final. Foi assim possível ver acolhidas algumas das nossas sugestões ao documento, que tinham como principal objetivo clarificar e proteger os associados e docentes. Assim procurou-se salvaguardar as questões remuneratórias relativas às aulas lecionadas no período letivo diurno e aos sábados (na proposta inicial excluía-se de pagamento os colegas que indicassem esses horários como sendo da sua preferência). Foi ainda limitado o número de alunos por turma no referente ao Artigo 6º do nº11 a 45 alunos, bem como retirado do Artigo 11º o nº4 sobre o sistema de rotatividade na leção de determinadas UC's. Ficaram, ainda assim, algumas matérias de fora de acordo, neste processo de negociação, como seja, a possibilidade de se exceder o número de horas letivas anuais além das 12h/semanais por semestre. Foi, no entanto, entendimento, do Sr. Presidente, que tal só pode acontecer, por acordo do docente e sob proposta dos respetivos Conselhos Técnico-Científicos. Tal significa uma maior consciencialização dos membros de cada UTC para que não aceitem horários superiores a 12h/semanais por semestre. Esta responsabilização estende-se aos Conselhos Técnico-Científicos e Pedagógicos, sob pena de não corresponderem nem a critérios pedagógicos nem científicos, hoje exigidos aos docentes do Ensino Superior, por cada instituição, pelo Processo de Bolonha e pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

## FCT RETRATA-SE PERANTE BOLSEIROS

Caros Bolseiros,

A FCT, no passado dia 20 de abril, respondeu positivamente a uma solicitação da Associação Nacional de Investigadores de Ciência e Tecnologia (ANICT) para divulgação de um inquérito sobre o emprego científico, tendo atuado de boa fé no sentido de apoiar a divulgação de uma iniciativa de investigadores que pretendiam promover a discussão pública de um tema pertinente para a comunidade científica, em particular para bolseiros de investigação científica.

Posteriormente, a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) reagiu de forma crítica a esta iniciativa, sugerindo que a FCT não estava a ser isenta e que estaria a fazer mau uso dos contactos dos bolseiros de investigação.

Neste contexto, a FCT esclarece que se demarca de qualquer interpretação que possa resultar deste inquérito e lamenta alguma má interpretação que este procedimento possa ter originado. Para que não possam subsistir quaisquer dúvidas sobre a sua isenção, a FCT não voltará a divulgar iniciativas de quaisquer organizações que envolvam o contacto com os bolseiros de investigação ou investigadores.

A FCT assegura aos bolseiros de investigação científica que a divulgação deste questionário, no qual não teve qualquer intervenção, nada reflete sobre a sua posição. A FCT garante assim que desenvolve a sua atividade a bem da ciência, com boa fé e sem favoritismos.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Ferrão

Presidente do Conselho Diretivo da FCT

## RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 21/2016 APROVA POLÍTICA DE CIÊNCIA ABERTA

O Conselho de Ministros decidiu aprovar, como princípios orientadores para a implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta, que o Estado e as outras pessoas coletivas públicas que integram a sua administração indireta assumam, no desenvolvimento das suas atribuições: O acesso

aberto às publicações resultantes de investigação financiada por fundos públicos; O acesso aberto aos dados científicos resultantes de investigação financiada por fundos públicos; A garantia da preservação das publicações e dados científicos por forma a permitir a sua reutilização e o acesso continuado.

As regras da FCT relativas a esta matéria podem ser consultadas em: <http://www.fct.pt/acessoaberto/>

## CARTA AO DIRETOR (RECEBIDA POR EMAIL)

“Exmos Senhores,

Enquanto Professor Adjunto da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do I. P. de Leiria, senti a minha honra profissional ultrajada ao encontrar na Revista do SNESup seis páginas de pura difamação e ofensa ao prestígio da instituição que represento.

Refiro-me a um texto intitulado “O Declínio da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar”, redigido por um odioso e ressabiado ex-docente da ESTM, e insidiosamente ilustrado por alguém que coopera com a V. revista. De nada vale argumentar que se trata de um artigo de opinião.

Como diretor de uma revista periódica sei quais são as responsabilidades de um diretor e da instituição editora.

Perante isto, venho pela presente solicitar que excluam o meu nome da vossa lista de emails, uma vez que deixei de vos considerar com uma entidade digna de consideração.

Nunca mais receberão mensagem minha, e espero não voltar a receber mensagens vossas. E se este meu pedido não for tido em consideração, então tomarei as medidas que considere apropriadas.

Cordiais saudações / Best regards

Francisco Dias”

## Resposta do diretor (enviada por email)

“Prezado colega

Como diretor da “Ensino Superior - Revista do SNESup” registo o seu desagrado.

Dele daremos conta, salvo indicação sua em contrário, publicando a sua missiva infra, no próximo número da revista.”

# FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINA SINDICAL<sup>1</sup>

**O SNESup é o sindicato nacional  
apartidário do ensino superior  
com cerca de 5000 associados,  
entre professores e investigadores.  
Algumas centenas de associados  
são de instituições como a  
Universidade do Minho, o IPCA ou  
o IPVC, etc..**

**E**xistem conselhos fiscais e similares em diferentes organizações colectivas, como associações, ou empresas, privadas, cooperativas ou públicas. A comissão de fiscalização e disciplina (CFD) serve para fiscalizar e disciplinar o SNESup. A actual equipa eleita tem 9 conselheiros nacionais: João Poças Santos do Instituto Politécnico de Leiria; José Jasnaú Caeiro do Instituto Politécnico de Beja; Nuno Cavalheiro Marques da Universidade Nova de Lisboa; Teresa Godinho do Instituto Politécnico de Setúbal; André Dias Pereira da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Nuno Mendes Claro do Instituto Politécnico de Leiria; Gorete Reis da Universidade de Évora; Maria Francisca Xavier da Universidade Nova de Lisboa; e eu. Para que serve? “Estatutos do SNESup”: art. 11º/1, d) refere que é um órgão nacional do SNESup. Art. 8º/6: cabe à CFD declarar a perda ou suspensão compulsiva da qualidade de associado na sequência de processo disciplinar, em virtude de incumprimento grave dos respectivos deveres. Os princípios gerais do regime disciplinar estão previstos no art. 10º. A propósito da importância da CFD, a Assembleia Geral do SNESup poderá ser convocada

pelo presidente do Conselho Nacional a requerimento da própria CFD ou pelo seu presidente (art. 12º/3 b.). Pelo art. 13º/7 dos Estatutos, os membros da CFD podem intervir nas reuniões do Conselho Nacional. O art. 15º da CFD refere p.e.: “... § 3. Compete à Comissão de Fiscalização e Disciplina: § a) aprovar o seu Regulamento de Funcionamento”; § ...§ “c) fiscalizar o cumprimento dos Estatutos e regulamentos internos, podendo assistir às reuniões de quaisquer órgãos sindicais; § d) fiscalizar a regularidade das candidaturas para todo e qualquer cargo sindical, devendo essa fiscalização ser prévia no caso de eleição dos membros do Conselho Nacional, da Direcção e da Comissão de Fiscalização e Disciplina, e registar a comunicação de, ou verificar, em relação a qualquer cargo sindical, a ocorrência de situações de perda, renúncia, suspensão de mandato, incapacidade física ou falecimento; § e) pronunciar-se sobre a regularidade das deliberações de quaisquer órgãos sindicais, designadamente as deliberações das assembleias e quaisquer actos eleitorais, podendo determinar a anulação de quaisquer deliberações ou eleições e, quando seja caso disso, a convocação de novas



**GONÇALO S. DE  
MELLO BANDEIRA**

PRESIDENTE DA  
CFD/SNESUP,  
PROF.-ADJ. EM  
DIREITO NO IPCA



assembleias; § f) examinar a contabilidade do Sindicato e dar parecer sobre os relatórios e contas da Direcção; § g) examinar a contabilidade das Secções Sindicais; § h) deliberar, tendo em conta os Estatutos e os regulamentos internos, sobre quaisquer conflitos de competências entre órgãos sindicais; § i) exercer todas as restantes competências decorrentes dos Estatutos ou atribuídas pela lei aos conselhos fiscais das associações sindicais. § 4. Os membros da Comissão de Fiscalização e Disciplina não podem exercer qualquer outro cargo sindical. § 5. Os membros da Comissão de Fiscalização e Disciplina em efectividade de funções têm acesso a toda a documentação interna do Sindicato.” Etc.. Existe ainda um “Regulamento de Funcionamento da Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup”, assim como um “Regime Disciplinar do SNE-Sup”. O art. 4º/2, refere: “2. Instaurado processo disciplinar, a CFD pode suspender preventivamente, até à decisão final, o acesso do sócio contra o qual foi instaurado o processo disciplinar às instalações ou aos meios de comunicação do Sindicato, quando exista risco de que tal acesso permita a reedição da conduta imputada ou seja susceptível de interferir com a

### “A CFD é a justiça da democracia interna”

actividade instrutória.”. Diz o art. 5º/1 do Regime Disciplinar que a aplicação das principais sanções disciplinares (“repreensão”, “suspensão” e “perda definitiva da qualidade de associado”)

são da competência da CFD. O art. 6º/1: “O processo disciplinar pode ser desencadeado por denúncia de qualquer associado ou conjunto de associados em plenitude dos seus direitos, através de carta registada devidamente assinada.”. O processo, depois de relatado, será remetido no prazo de 24 horas à CFD. Diz o art. 7º: “A CFD analisará o processo, concordando ou não com as conclusões do relatório, podendo ordenar novas diligências, a realizar no prazo que para tal estabeleça”. A CFD é, pois, a justiça da democracia interna. •





## Decisão da Comissão de Ficalização e Disciplina de 27 de junho de 2015

### SOLICITAÇÃO:

Solicita o Senhor Conselheiro Nacional e Delegado Sindical pela ESCE do Instituto Politécnico de Setúbal, Sr. Prof. António José Simões, associado n.º 2084, membro do Conselho Nacional, à Comissão de Fiscalização e Disciplina (CFD), que proceda à **anulação da deliberação do Conselho Nacional de 23/11/2013** que visa introduzir alterações ao Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral e do Regulamento Eleitoral e da **deliberação do Conselho Nacional de 29/5/2015**, na versão do esclarecimento assinado pelo Presidente da Direção, na parte em que prevê uma Assembleia Geral a realizar antes do próximo Congresso do SNESup para ratificação das referidas alterações.

O Associado fundamenta o pedido de anulação em:

- violação dos Estatutos, designadamente do seu artigo 12.º, n.º 4 e 5;
- violação dos princípios da democraticidade e da transparência.

### 1. DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DISCIPLINA

Estabelecem os Estatutos do SNESup que é competência da CFD, nos termos do **art. 15.º, n.º3, al. e): “pronunciar-se sobre a regularidade das deliberações de quaisquer órgãos sindicais, designadamente as deliberações das assembleias e quaisquer actos eleitorais, podendo determinar a anulação de quaisquer deliberações ou eleições e, quando seja caso disso, a convocação de novas assembleias.”**

Resulta, pois, claro não só ter esta Comissão competência para se pronunciar sobre o pedido, como ter o *dever* de o fazer.

2. Relativamente ao primeiro fundamento do pedido de anulação, a violação dos Estatutos, designadamente do seu artigo 12.º, n.º 4 e 5, entende a CFD que se trata de uma questão jurídica muito complexa e que permite interpretações jurídicas divergentes e contraditórias e sobre a qual não tem necessidade de se pronunciar neste momento, visto que – como veremos nos pontos seguintes – a questão

fica prejudicada pela resposta que daremos ao segundo fundamento “violação dos princípios da democraticidade e da transparência.”

Explicando melhor: se o método de votação proposto nas deliberações for um método de grande fiabilidade e isento de insegurança técnica e que portanto fosse viável no plano dos princípios da democraticidade e da transparência, teria a CFD que estudar e pronunciar-se sobre a possibilidade legal e estatutária de uma alteração aos métodos de votação poder ser feita seguindo a metodologia que está em curso.

Se, pelo contrário, após análise e ponderação, tomando em conta os pareceres técnicos de Engenheiros Informáticos, concluirmos que o método proposto é inseguro, de pouca fiabilidade e que não garante princípios básicos de democraticidade e transparência, a questão da metodologia de alteração ao sistema de voto não se chega a colocar.

Passemos, então, à análise do segundo fundamento.

3. Argumenta o Associado que o método de votação proposto viola “os princípios da democraticidade e da transparência.” O Associado impugnante arrazoa que o método proposto permite fenómenos de *dupla votação*, suscetíveis de pôr em causa a validade das deliberações ou da eleição dos órgãos, com particular impacto nas eleições que decorram em sistema proporcional, como as do CN e as da CFD.

Na análise da questão devemos ter em atenção os estatutos do SNESup que contêm normas de grande importância e que são mobilizadas para a deliberação e decisão da CFD.

Por um lado, o art. 18.º prevê que o voto seja secreto. Ora, o *voto secreto* coloca dificuldades técnicas que importa colmatar. Tendo em conta a norma aprovada de alteração do regulamento, *estarão essas cautelas totalmente asseguradas?*

Outra norma de grande relevo é o art. 18.º, n.º 7, que prescreve: “**Não é permitido o voto por procuração**, sendo permitido o voto por correspondência nas condições a fixar em regulamento.”



No mesmo sentido prevê o art. 12.º, n.º4 e n.º5: “4. A Assembleia Geral funcionará sempre descentralizadamente, com instalação de mesas de voto nas Secções Sindicais, sendo as deliberações tomadas por **voto secreto** e precedidas pela discussão das propostas por período não inferior a 15 dias. 5. Os associados poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, **não sendo permitido o voto por procuração.**”

Destas normas resulta como fundamental que:

- o voto seja secreto;
- proibição do voto por procuração.

Tendo por linha de raciocínio a necessidade de os métodos de votação terem que respeitar esses comandos normativos dos Estatutos do SNESup, a Comissão de Fiscalização e Disciplina entende que impõe-se cuidar de dimensões técnicas e procedimentais para que o voto seja **secreto** e se assegure a **identidade** do votante, ou seja, garantia de que é a própria pessoa que vota.

Com efeito ao propor uma alteração tão significativa do **Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral** e do **Regulamento Eleitoral** não é admissível a omissão dos requisitos de qualidade que a aplicação informática a utilizar na votação electrónica deverá satisfazer.

O respeito pelos princípios da democracia e da transparência – exigidos pela lei e pela Constituição – não se basta com a descrição sumária do funcionamento da aplicação que terá sido desenvolvida, antes terá que ficar consignado nos Regulamentos que esta, ou qualquer outra aplicação que a substitua, deve preencher pelo menos os seguintes requisitos:

- garantia de que um terceiro não poderá, em lugar do associado, participar na votação, mesmo com o seu consentimento (o voto por procuração é proibido), garantia essa que na votação presencial e na votação por correspondência estatutariamente admitidas é dada pela assinatura, respetivamente, no caderno eleitoral existente na secção de voto ou no sobrescrito (**proibição de voto por procuração**);

- garantia de que ficam registados, no “caderno eleitoral electrónico” o nome, número de associado, secção sindical, e o endereço de correio electrónico para o qual foi enviada a hiperligação, e o nome, número de associado, secção sindical e endereço de correio eleitoral electrónico (**proibição da dupla votação**);

- garantia de que ninguém, depois do voto recebido, pode identificar o sentido de voto do associado (**proibição de voto não secreto**);

- garantia de que, na votação para o Conselho Nacional, o associado apenas possa votar se tiver candidatura na sua secção sindical, e, tendo-a, pode votar em qualquer das listas existentes ou em branco (**proibição de voto fora das condições estatutariamente previstas**);

- garantia de que, em votação em Assembleia Geral se possa, caso a metodologia de votação concertada no caso concreto o preveja, votar na generalidade e na especialidade, ou em votações sucessivas, conforme consta do Regulamento;

- garantia de que as listas, em Assembleia Eleitoral, ou os proponentes, em Assembleia Geral não eleitoral, possam fiscalizar concomitantemente o desenrolar da votação;

- garantia de que o processo fica suficientemente documentado para que a Comissão de Fiscalização e Disciplina e os tribunais se possam pronunciar.

Ora o método previsto na alteração do Regulamento Eleitoral não cumpre estes requisitos.

As ciências informáticas indicam-nos que há métodos informáticos que permitem a garantia de que é a própria pessoa que vota. O voto electrónico deverá ser enviado para um envelope electrónico, em linguagem cifrada, e só poderá ser aberto por quem tem a chave para a abrir – é a chamada tecnologia de “**Criptografia de chave assimétrica**”. “Ora, nas alterações propostas (nova al. b) do n.º 5 do art. 5.º do **Regulamento Eleitoral** e o novo n.º 7 do art. 4.º do **Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral**) não garante que o voto seja simultaneamente secreto e garanta a identidade do votante. A ausência da segurança de que o voto é secreto ►

um fator que acarreta graves consequências no plano jurídico.

Refere o Conselheiro da CFD Prof. Doutor Nuno Cavalheiro Marques: note-se que qualquer processo de votação deverá garantir a nível técnico a impossibilidade de interceção dos linques/*links* únicos contendo a chave de votação do associado. Esta interceção é totalmente impossível de garantir caso o envio da ligação de voto seja feito via *Internet*(e), sem recorrer ao envio de informação de forma cifrada e com uma chave única e segura. Em particular o correio eletrónico (ou qualquer outra informação enviada de forma não encriptada via *Internet*) possibilita ataques MITM (e.g. <https://www.us-cert.gov/ncas/alerts/TA15-120A>). Assim, o envio de linques/*links* por *email*/correio eletrónico com um prazo de resposta de apenas um dia, e sem qualquer outra forma de validar a identidade do votante, para além de sobrecarregar os serviços, poderá facilitar uma fraude massiva onde um atacante bem informado poderia facilmente pôr em causa o regular funcionamento e democraticidade do SNESup, p.e. utilizando linguagem informática/*software* próprio para intercetar as chaves de voto de abstencionistas conhecidos e usando essas mesmas chaves para votar as vezes necessárias para garantir que uma determinada posição seria aprovada.

Realça ainda o Conselheiro da CFD Prof. Doutor Nuno Cavalheiro Marques, que, devido ao curto prazo de registo e validação de voto, e devido ao facto de não garantir o uso de tecnologias de criptografia, o regulamento proposto introduz ainda dificuldades técnicas que seriam incompatíveis com outras formas de voto por correspondência eletrónica e tornariam mais difícil a deteção de fraudes. De igual forma este regulamento seria incompatível com os testes atualmente a decorrer e envolvendo a utilização do sistema *survey-monkey* conjugada com o voto por correspondência clássico ou o voto utilizando correspondência eletrónica cifrada.

O Conselheiro da CFD, perito também em segurança informática, Prof. Doutor José Jasnau especifica ainda mais: o processo de votação eletrónica prevê a votação em tempo concorrente pelo processo tradicional e pelo

processo eletrónico. Não está garantido que não haja votação em duplicado pelo que existe o risco real de erros e falsos resultados. O Conselheiro da CFD Prof. Doutor José Jasnau Caeiro é de opinião que o processo de votação eletrónica não deve prosseguir sem a apresentação duma análise de segurança e fiabilidade da solução proposta que garanta a legalidade do processo.

#### 4. DECISÃO

Após cuidada ponderação e deliberação decidiu a **Comissão de Fiscalização e Disciplina**, por unanimidade dos seus membros presentes, em reunião devidamente convocada e realizada pelas 14h30 do dia 27 de junho de 2015, na sede do SNESup, em Lisboa, **dar provimento ao pedido de anulação da deliberação do Conselho Nacional de 23/11/2013** que visa introduzir alterações ao Regulamento de Funcionamento da Assembleia Geral e do Regulamento Eleitoral e da **deliberação do Conselho Nacional de 29/5/2015**, na versão do esclarecimento assinado pelo Presidente da Direção, na parte em que prevê uma Assembleia Geral a realizar antes do próximo Congresso do SNESup para ratificação das referidas alterações.

#### Os Membros da Comissão de Fiscalização e Disciplina, 27 de Junho de 2015,

André Dias Pereira (Relator)  
José Caeiro (Co-Relator na parte de engenharia informática)  
Nuno Cavalheiro Marques (Co-Relator na parte de engenharia informática)  
Maria Francisca Xavier  
Teresa Godinho  
João Poças Santos  
Gonçalo Sopas Bandeira

# O ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE: DA “TORRE DE MARFIM” À “EDUCAÇÃO AO SERVIÇO DA ECONOMIA”?



Ao longo dos tempos o ensino superior tem sido frequentemente descrito como uma “torre de marfim”, no sentido em que nele se reuniria uma comunidade de pessoas envolvidas em questionamentos desligados das preocupações inerentes às práticas e às vidas quotidianas. Tratar-se-ia de uma comunidade ocupada em pesquisas e reflexões superespecializadas e eventualmente inúteis, um *grupo de sonhadores* que não se preocupariam com os problemas mundanos, pelo que poderiam ser considerados, de certo modo, como estando investidos de uma nobreza pura e valiosa como o próprio marfim. Este debate não é exclusivo do contexto português, sendo a expressão inglesa “ivory tower” muitas vezes utilizada com uma aceção semelhante.

Nos anos mais recentes, em Portugal como em muitos outros países, esse entendimento do ensino superior enquanto “torre de marfim” tem vindo a ser profundamente criticado e apontado como uma característica negativa. Uma tal visão depreciativa tende a ser consensual, sendo apresentada como justificação para a necessidade de idealizar outras formas de funcionamento e organização de universi-

dades e politécnicos que permitam uma ligação mais próxima e intensa com as práticas e vidas quotidianas, ou seja, que as retirem do isolamento das suas “torres de marfim”. É neste âmbito que, no ensino superior, se têm vindo a constituir como preocupações cada vez mais intensas e reiteradas: a realização de “estágios profissionalizantes”, o desenvolvimento de “competências para o mercado de trabalho”, a formação e incentivos para o “empreendedorismo”, a criação de cursos “profissionalizantes” (como por exemplo os TESP – Técnicos de Estudos Superiores Especializados nos politécnicos) e também a monitorização e promoção da “empregabilidade”.

Neste texto argumenta-se que este tipo de preocupações não são uma novidade histórica no quadro do ensino superior, embora tenham vindo a constituir, nas décadas mais recentes, um elemento que suscita a mudança no que respeita a formas de organização e funcionamento das instituições. Adicionalmente, argumenta-se que importa garantir as condições para que o ensino superior seja ▶

constituído por instituições efetivamente *educativas* e não meramente por instituições que respondem a necessidades económicas e de mercado de trabalho.

### **O ENSINO SUPERIOR NUNCA FOI APENAS UMA "TORRE DE MARFIM"**

As origens históricas do ensino superior contemporâneo requerem que recuemos à época medieval quando foram criadas as primeiras universidades que incluíam, entre as suas missões, a habilitação dos estudantes para o exercício de atividades profissionais. Na verdade, embora o profissionalismo medieval fosse muito pouco diversificado, existiam duas profissões de nível superior permanentemente consideradas necessárias e indispensáveis por parte do poder régio: direito e medicina. Foi, em parte, para que a boa formação de uns e de outros pudesse ser assegurada, que se impôs a criação de universidades na Europa desde finais do século XII (Barnett, 1994). Além disso, é curioso notar que, no século XVII, diversos autores denunciavam e preocupavam-se com o excesso de diplomados face às necessidades existentes, assim como questionavam a adequação de uma formação académica demasiado intelectualizada, tendo em conta as necessidades do mundo profissional (Charle & Verger, 1994).

Estes dois apontamentos ilustram a ideia de que as preocupações com a quantidade e a qualidade dos graduados de ensino superior não são uma *novidade histórica*, embora as questões e debates relativos ao emprego dos diplomados tenham vindo a assumir novos contornos e uma acentuada visibilidade social ao longo das últimas décadas. Na verdade, a expansão exponencial do ensino superior é um fenómeno transversal aos vários países ocidentais desde o final da segunda grande guerra mundial, pelo que um número cada vez mais alargado de profissões, para além das que estão historicamente ligadas à origem da universidade (ou seja, medicina e direito), passam progressivamente a requerer qualificações escolares de nível superior para o respectivo exercício (Barnett, 1994).

No caso português, observa-se que esse movimento de expansão tem início um pouco mais tarde, na década de 1970, podendo ser primeiramente associado à reforma de Veiga

Simão e ao significativo investimento realizado em todo o sector educativo no período que antecede a mudança política de 1974. É nesta época que se decide implantar um sistema binário de ensino superior em Portugal, o qual se traduz na criação do politécnico como modelo alternativo ao universitário, bem como se promove a regionalização do ensino superior através da instalação de estabelecimentos de ensino politécnico e/ou de novas universidades em várias regiões do território nacional. Estas opções políticas visavam primordialmente, por um lado, tornar o ensino superior acessível a um maior número de indivíduos favorecendo o aumento do nível de escolarização e, por outro lado, beneficiar o desenvolvimento das regiões em que eram instalados estes novos estabelecimentos politécnicos ou universitários.

É de sublinhar, aliás, o modo como a própria criação do ensino politécnico em Portugal é apresentada como estratégia que visa garantir a formação de quadros médios e superiores que correspondessem às necessidades do desenvolvimento económico e social do país que se preconizava nas décadas de 1960 e 1970, de acordo também com a perspectiva veiculada no relatório “Projeto Regional do Mediterrâneo” da responsabilidade da OCDE e concretizado nessa época (Simão, Santos & Costa, 2002). Após o 25 de abril de 1974, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE - lei n.º 46/86 de 14 de outubro) publicada em 1986 reforçava que o “ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e suas aplicações com vista ao exercício de atividade profissionais” (artigo 11º).

Este conjunto de apontamentos históricos visam ilustrar o argumento de que as preocupações com a quantidade e qualidade da formação de profissionais estiveram presentes no ensino superior desde as suas origens medievais, pelo que o mesmo nunca foi apenas e estritamente uma “torre de marfim” cujas atividades não envolviam qualquer tipo de articulação com o contexto envolvente. Não obstante, é inegável que as preocupações profissionais têm surgido com uma intensidade e visibilidade particularmente



**MARIANA  
GAIO ALVES**

acentuadas nos anos mais recentes, tanto no plano das orientações de política de ensino superior preconizadas a nível nacional e internacional, quanto no âmbito das dinâmicas, práticas e culturas organizacionais de universidades e politécnicos.

### **O ENSINO SUPERIOR NÃO É APENAS UM “SERVIÇO À ECONOMIA”**

De entre as várias vertentes que dizem respeito à ligação entre ensino superior e trabalho/emprego, as questões relativas à “empregabilidade” destacam-se como tema de interesse generalizado e enquanto objeto de elevada atenção pública e política. Por essa razão, considera-se pertinente analisar com mais detalhe estas questões, aceitando o pressuposto atrás estabelecido de que as mesmas fazem parte de uma tendência mais geral no sentido de acentuar a importância de que o ensino superior não esteja desligado do contexto envolvente atenuando o seu cariz de “torre de marfim”.

Desde logo, importa sublinhar que a expressão “empregabilidade” (tradução portuguesa da palavra inglesa “employability”) é profusamente utilizada no plano dos discursos públicos e políticos nacionais e internacionais, sem que, em grande parte dos casos, se explicitem os respectivos sentidos e significados. Embora os investigadores portugueses que têm estudado as temáticas relacionadas com as articulações entre o ensino superior e o emprego/trabalho, utilizem maioritariamente a expressão “inserção profissional” (em tradução de “insertion professionnelle”) para se referirem ao seus objetos de estudo (Alves, 2010), constata-se que é a expressão “empregabilidade” que tem dominado os debates públicos e políticos sobre estas matérias. Ora, a investigação já realizada permite-nos apoiar a ideia de que por “empregabilidade” muitos entendem, essencialmente, a apreciação de taxas de (des)emprego de diplomados, ainda que para outros essa expressão não dispense a análise, quer do desenvolvimento de competências no ensino superior, quer do modo como as mesmas são (ou não) relevantes na atividade profissional dos diplomados (Knight & Yorke, 2004). Assim sendo, um primeiro ponto a salientar sobre a “empregabilidade” dos diplomados de ensino

superior é interrogar a que nos referimos: a taxas de emprego e desemprego? Ou, de modo mais abrangente, também a dinâmicas que podemos promover no ensino superior visando o desenvolvimento de competências inerentes à formação de profissionais?

Em qualquer dos casos, importa assinalar que a “empregabilidade” é hoje um elemento que condiciona a organização e funcionamento do ensino superior de diferentes modos: recolha de informação; imagem pública das instituições; avaliação da qualidade; fixação das vagas de licenciatura e do financiamento.

### **RECOLHA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE “EMPREGABILIDADE”**

Um dos eixos cruciais do processo de Bolonha remete, justamente, para as relações entre ensino superior e mercado de trabalho, sublinhando a relevância desta dimensão nas atividades académicas. É significativo que, do ponto de vista da recolha de informação empírica sobre estas matérias, a primeira (e até ao momento única) inquirição com base numa amostra representativa de graduados portugueses tenha tido lugar precisamente em 2001, no âmbito do ODES<sup>1</sup> e no contexto do despontar da relevância atribuída à “empregabilidade” de diplomados do ensino superior.

Com efeito, é precisamente na viragem do século (mais exatamente em 19 de junho de 1999) que a Declaração de Bolonha é formalmente assinada por 29 responsáveis políticos, nos quais se inclui o ministro da educação português da época, dando-se então início a um processo que se estendeu e que hoje abrange cerca de 80 países. O texto desse documento inclui uma referência clara à importância de aproximar o ensino superior do mercado de trabalho, por forma a criar melhores condições e perspetivas de emprego para os diplomados no quadro da harmonização de graus académicos então preconizada. Aliás, a adopção de um sistema com graus académicos de fácil equivalência é considerada vital para promover a “empregabilidade” dos cidadãos europeus, assim como se indica que o grau atribuído na conclusão do primeiro ciclo de ensino superior deverá também ser considerado como um nível de





habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho europeu.

Posteriormente, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) português de 2007 enquadra juridicamente a relação entre formação académica e mercado de trabalho, definindo três responsabilidades principais do ensino superior neste domínio: o apoio direto à inserção na vida ativa como área de responsabilidade social das instituições (ponto 1 do artigo 24º), a produção e divulgação de dados sobre o emprego dos diplomados e respectivos percursos profissionais como obrigação de cada instituição (ponto 2 do artigo 24º) e a adopção de metodologias comuns na obtenção de informação sobre emprego dos diplomados, de modo a garantir a qualidade e comparabilidade da mesma, como responsabilidade do Estado que deve garantir a acessibilidade pública desses dados (ponto 3 do artigo 24º). Consequentemente, no caso das universidades portuguesas é notório que é sobretudo desde 2007 que se vem generalizando a elaboração de relatórios, resultantes de inquirições a graduados e de análise de dados estatísticos existentes<sup>2</sup> (Alves, Chaves, & Mineiro, 2014), sendo possível identificar sinais de que uma dinâmica semelhante se vem verificando também no caso dos politécnicos (Alves, 2010).

Em Portugal e noutros países europeus, a informação empírica recolhida por universidades e politécnicos sobre “empregabilidade” dos diplomados é disponibilizada pela generalidade das instituições de ensino superior a todos os interessados, sejam estes alunos, futuros alunos, diplomados, empregadores, académicos ou a sociedade em geral (Comissão/EACEA/Eurydice, 2014). No caso português, é notória a relevância atribuída à informação respeitante ao emprego dos diplomados e às estruturas do tipo “gabinetes de estágios e saídas profissionais” nos websites das universidades e dos politécnicos, tanto no subsistema público como ainda mais marcadamente no privado (Cardoso, et al., 2012). Deste modo, a “empregabilidade” de diplomados é um elemento considerado importante na imagem pública das instituições de ensino superior, assim como na respectiva organização interna.

## “EMPREGABILIDADE” E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

No plano da avaliação da qualidade do ensino superior, constatou-se num projeto europeu realizado no final da década de 1990 que, na generalidade dos países, a área das relações entre formação e emprego constituía um domínio de avaliação com carácter voluntário e episódico, sendo que apenas num número restrito de casos (como Portugal, França, Finlândia e Reino Unido) este surgia como um domínio de avaliação formalmente reconhecido (Alves, 2007).

Todavia, um relatório recente evidencia que uma ampla maioria dos países da União Europeia exige, atualmente, que o ensino superior submeta informação sobre o emprego dos diplomados no quadro de processos de avaliação da qualidade, seja para a proposta de acreditação de novos ciclos de estudos, seja na avaliação regular das instituições e/ou dos cursos ministrados (Comissão/EACEA/Eurydice, 2014). Para além da inclusão em processos de avaliação de qualidade, existem indícios de que as questões do emprego de diplomados são também mobilizadas, nos diferentes países, para a gestão das instituições e no desenho de estratégias de desenvolvimento institucional, como se sugere num outro relatório europeu (Gaebel, Hauschildt, Muhleck, & Smidt, 2012).

Portugal inclui-se no grupo claramente maioritário de países em que a informação sobre emprego faz parte dos critérios de avaliação de qualidade, assim como integra o conjunto de apenas cerca de metade dos países europeus nos quais os empregadores são envolvidos nos processos de avaliação de qualidade (Comissão/EACEA/Eurydice, 2014). Concomitantemente, o Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior (RJAES) de 2007 estabelece, na alínea i do artigo 18º, que as instituições de ensino superior devem “publicar, regularmente, informação quantitativa e qualitativa, atualizada, imparcial e objetiva acerca da monitorização do trajeto dos seus diplomados por um período razoável de tempo, na perspectiva da empregabilidade.” Simultaneamente, a avaliação e acreditação de cursos que vem sendo realizada pela Agência de Acreditação e Avaliação do



1 O ODES (Sistema de Observação dos Diplomados do Ensino Superior) resultou de uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Nesse âmbito, foi realizado um inquérito piloto em 1999 e, posteriormente, uma inquirição em 2001 a uma amostra representativa a nível nacional, sendo abrangidos diplomados de universidades e politécnicos dos setores público e privado.

2 Em alguns casos, as universidades publicitam dados recolhidos e organizados por entidades como o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do anterior Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e como a atual Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação.

Ensino Superior (A3ES) contempla, como referimos anteriormente, a questão do emprego dos diplomados, sendo para tal identificados quatro indicadores: percentagem de diplomados que obtiveram emprego (a) em setores de atividade relacionados com a área do ciclo de estudos e (b) noutros setores de atividades; (c) percentagem de diplomados que obtiveram emprego um ano depois de concluído o ciclo de estudo e o (d) nível de desemprego.

No entanto, a análise da informação disponibilizada pelas universidades e politécnicos no quadro destes processos de avaliação revela que existem fortes discrepâncias entre os critérios e procedimentos adoptados pelas várias instituições na recolha e mobilização deste tipo de informação, pelo que é importante analisar cuidadosamente as margens de erro das amostras inquiridas, bem como garantir a fiabilidade dos dados disponíveis para satisfazer estes indicadores.

#### A “EMPREGABILIDADE” COMO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE VAGAS E DE FINANCIAMENTO

Nos últimos quatro anos, o (des)emprego dos diplomados tem vindo, adicionalmente, a ser ainda considerado como critério para fixação de vagas dos cursos de licenciatura em Portugal. Embora com ligeiras alterações ao longo dos anos, os despachos do Ministério de Educação relativos a fixação do número de vagas nos anos letivos de 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2015/16 estabelecem que as instituições de ensino superior têm de fundamentar as propostas de manter ou aumentar um determinado número de vagas em cada curso de licenciatura, considerando a informação disponível sobre (des)emprego dos diplomados<sup>3</sup>. Trata-se de informação obtida com base nos diplomados desempregados que se registam nos Centros de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a qual se sabe que não reproduz com exatidão estatística a proporção de desempregados no conjunto dos graduados de cada curso. Este conjunto de despachos normativos, tem subjacente a intenção genérica de não permitir a manutenção ou aumento de vagas em cursos de licenciatura nos quais existam registos de um dado nível de desemprego considerado como elevado.

A opção de condicionar as vagas ao número de desempregados registados entre os diplomados de um dado curso pode significar, no limite, que a abertura de formações académicas em algumas áreas científicas fica comprometida pelas dificuldades de acesso ao emprego de graduados que já obtiveram o diploma há alguns anos atrás. Acresce, ainda, que esta opção recente significa que o montante do financiamento estatal para o ensino superior, para a definição do qual se considera o número de alunos de primeiro ciclo, está em certa medida dependente de informação sobre o (des)emprego dos diplomados.

Através do documento de trabalho emanado da Secretaria de Estado do Ensino Superior em janeiro de 2015 e intitulado “Modelo de Financiamento do Ensino Superior: fórmulas e procedimentos”, fica patente a intencionalidade política de, no futuro, reforçar a “empregabilidade” na definição do financiamento estatal. Na verdade, a “empregabilidade” surge como elemento de avaliação dos resultados de aprendizagem dos estudantes nas instituições de ensino superior e, consequentemente, enquanto um dos critérios de qualidade e eficiência do processo educativo que se entende que devem modular a distribuição da dotação financeira prevista para as instituições de ensino superior (cf. Ponto 2.3 “Fatores de Qualidade”, na apresentação do modelo de financiamento proposto).

Estas opções constituem, de certa forma, uma idiossincrasia do contexto português, pois apenas num grupo muito reduzido de países se faz depender o financiamento do ensino superior de aspetos ligados à “empregabilidade” dos respectivos diplomados (Comissão/EACEA/Eurydice, 2014; Gaebel, Hauschildt, Muhleck, & Smidt, 2012). Acresce ainda que, paradoxalmente, a opção é adoptada no nosso país quando não dispomos em Portugal de informação empírica que permita retratar com exatidão a situação de (des)emprego dos diplomados a nível nacional ou caracterizar, rigorosamente, as situações de emprego dos diplomados de dado curso e/ou área científica. Importa, também, interrogar em que medida a “empregabilidade” dos diplomados é um critério pertinente para tomar decisões relativas à abertura (ou não) ▶



3 Os despachos em causa podem ser consultados em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/FixacaoVagas/> (último acesso em 15 de abril de 2015)

de vagas para formação em áreas científicas específicas, sublinhando o risco de, no limite, deixarem de existir cursos e atividades em determinadas áreas científicas.

#### **TENDÊNCIAS DE “EMPREGABILIDADE” DOS DIPLOMADOS DE ENSINO SUPERIOR**

Se é verdade que a visibilidade crescente das preocupações em torno do emprego e trabalho dos diplomados coexiste com a multiplicação das operações de recolha de dados e dos estudos e investigações sobre a respectiva inserção profissional, importa sublinhar que essas dinâmicas se desenrolam num contexto de progressiva precarização do emprego e de aumento das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.

Tal como já se referiu, a informação empírica que vem sendo recolhida pelas universidades e politécnicos desde a década de 1990, e com maior intensidade desde 2007, não pode ser rigorosamente comparada de modo a constituir um retrato nacional exato da situação atual ou do modo como essa tem evoluído nos últimos anos. A razão para tal reside na multiplicidade de instrumentos e metodologias de inquirição operacionalizados, bem como na diversidade de critérios de constituição de amostras utilizados pelas universidades e politécnicos.

Todavia, no seu conjunto, as pesquisas sobre inserção profissional de diplomados de ensino superior (Marques e Alves, 2010) revelam tendências transversais que se traduzem, nomeadamente, em taxas de desemprego mais elevadas, no prolongamento do tempo de espera até à obtenção do primeiro emprego após a graduação e numa crescente precarização dos vínculos contratuais que suscita incerteza e instabilidade sobre o desenvolvimento dos percursos de inserção profissional. Não obstante, as pesquisas neste domínio também indicam que os diplomados se manifestam, em geral, bastante satisfeitos com a sua situação profissional e assinalam maioritariamente a existência de correspondência e/ou adequação entre a formação académica concluída e a atividade profissional desempenhada. Aliás, a existência de níveis elevados de satisfação dos diplomados com a sua situação profissional, tende a ser

justificada pelos próprios, através da valorização de aspectos como a “utilidade” e “interesse” do trabalho que desenvolvem e pela qualidade da “relação com colegas”.

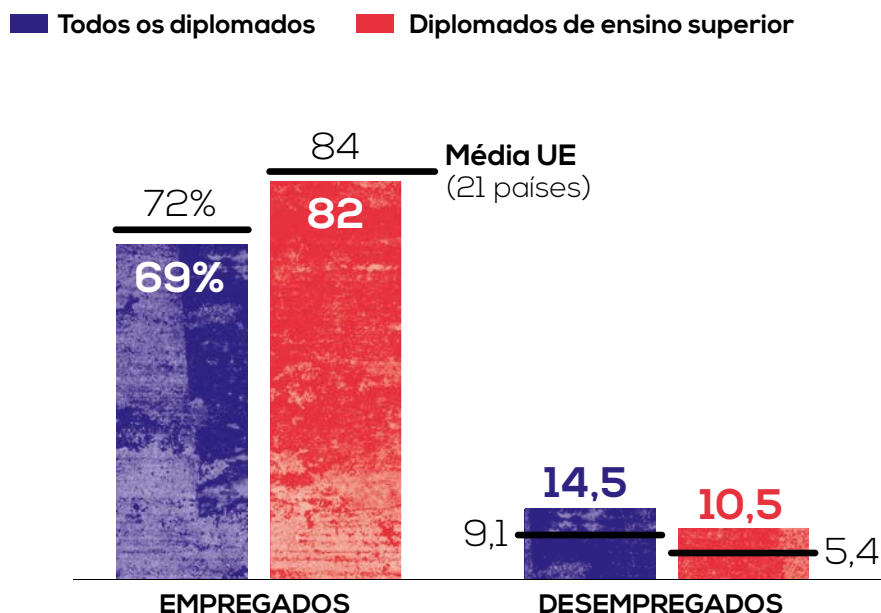
Adicionalmente, do confronto das várias pesquisas transparece que quer a área disciplinar do diploma obtido, quer o tipo de instituição de ensino superior frequentada, influenciam os percursos de inserção profissional dos graduados, sendo identificáveis indícios de maiores dificuldades sentidas, em geral, pelos diplomados dos politécnicos. A investigação realizada permite também evidenciar que a inserção profissional é ainda condicionada por características sociológicas e psicológicas dos indivíduos, bem como pela conjuntura económica e pelas políticas que afectam o ensino superior e o mercado de trabalho. Noutros termos, a inserção profissional de diplomados resulta da interação de um grupo de atores (os próprios diplomados, os empregadores e os responsáveis académicos), a qual é condicionada por um conjunto alargado de contextos e fatores de natureza económica, social e pessoal (Alves, 2010).

Assim sendo, nos anos mais recentes que são marcados pela profunda crise económica e social e pelas políticas de austeridade, existem indícios de que as dificuldades de inserção profissional se acentuaram significativamente e que muitos diplomados têm sido forçados a exercer a sua atividade profissional noutros países. Globalmente, as mutações nos percursos de inserção profissional dos recém-graduados ao longo das últimas décadas justificam, aliás, que em Portugal como noutros países se generalize a ideia de que o diploma constitui uma condição necessária, mas não suficiente, para o acesso e manutenção no mercado de trabalho ao longo da trajetória de vida.

Apesar das dificuldades crescentes sentidas pelos recém-graduados nos respectivos percursos de inserção profissional, é crucial sublinhar que estes se encontram menos frequentemente em situação de desemprego do que os diplomados de níveis de escolaridade básica e secundária. Como se pode concluir da observação do quadro seguinte, esta tendência verifica-se tanto em Portugal como no plano europeu, sendo além disso notório

## QUADRO 1

Percentagem de empregados e de desempregados (25-64 anos) por nível de escolaridade em Portugal no anos de 2012



Fonte: OCDE (2014). Education at a Glance 2014: OECD Indicators. OECD Publishing.

que presentemente o grupo dos desempregados diplomados tende a ser mais alargado no nosso país do que na média dos países da União Europeia.

### NOTA CONCLUSIVA

A visibilidade e centralidade crescentes da temática da “empregabilidade” de diplomados de ensino superior tem resultado na existência de dados empíricos cada vez mais extensos, rigorosos e detalhados, o que importa valorizar. Contudo, tal não pode dispensar a necessidade de fomentar o debate científico, público e político sobre os contornos e a relevância das questões relativas à “empregabilidade” dos diplomados.

### CLARIFICAR PRESSUPOSTOS

#### E POSICIONAMENTOS

Neste texto, procuramos contribuir para desconstruir algumas ideias que correntemente estão subjacentes aos debates sobre estas matérias, por forma a estabelecer pressupostos mais adequados para a respectiva análise. Assim, um primeiro pressuposto consiste em aceitar que o ensino superior nunca foi apenas uma “torre de marfim”,

sendo que as preocupações com a preparação de profissionais estiveram desde sempre presentes, de formas mais ou menos visíveis, na organização das atividades de universidades e politécnicos.

Um segundo pressuposto remete para aceitação de que não existe linearidade nas articulações entre diploma e posição no mercado de trabalho, ou seja, as aprendizagens no quadro do ensino superior são um dos fatores que influenciam a inserção profissional dos diplomados em interligação com muitos outros elementos económicos, sociais e mesmo pessoais. Um terceiro pressuposto corresponde ao reconhecimento de que, embora se registre alguma deterioração das condições do exercício profissional nos mercados de trabalho atuais, os diplomados de ensino superior protagonizam, ainda assim, situações de emprego mais favoráveis do que os titulares de níveis de escolaridade básica e secundária.

Tendo por base estes pressupostos, sublinha-se que se é inadequado que o ensino superior seja descrito como uma “torre de marfim”, é igualmente indesejável que o mesmo seja entendido com um conjunto de instituições que estão ao “serviço da economia” e



que procuram ajustar-se a necessidades da economia e do mercado de trabalho. Trata-se de reconhecer que poderá ser pertinente que a “empregabilidade” seja um dos elementos a considerar na organização e funcionamento do ensino superior, embora não se possa aceitar a mesma acriticamente como um elemento determinante. Noutros termos, importa impedir que a existência de muita informação e debate em torno do emprego de diplomados signifique uma *cegueira* relativamente à sua interpretação e valorização, pelo que se recoloca a necessidade de enriquecer a reflexividade, quer sobre o seu significado no âmbito das várias missões de ensino, quer sobre o seu papel na regulação do ensino superior.

Para além disso, e em particular recentemente no caso português, observa-se que integramos o grupo minoritário de países em que não existe informação disponível a nível nacional e, não obstante, é com base em dados empíricos fortemente marcados por lacunas e enviesamentos que se decidem vagas e, conseqüentemente, montantes de financiamento para o ensino superior. Se se admitir que a empregabilidade pode ter um lugar entre os critérios que fundamentam decisões e opções políticas sobre o ensino superior, importa interrogar qual é esse lugar.

Ora, no caso do nosso país, a situação atual parece sugerir que a ênfase colocada nas questões do emprego de diplomados enquanto elemento de regulação do ensino superior é hoje desproporcionada, tendo em conta quer a fraca qualidade da informação empírica em que se baseiam as decisões quer a excessiva desvalorização das restantes funções da formação académica. Assim sendo, importa refletir criticamente sobre esta situação, considerando-se crucial manter sob escrutínio a ideia de que a principal finalidade do ensino superior é formar profissionais. A aceitação dessa ideia significaria que os estudantes deste nível de ensino deveriam ser entendidos, essencialmente, como compradores de um serviço educativo com vista, sobretudo, a uma inserção mais facilitada no mercado de trabalho, o que se considera ser um entendimento redutor das missões do ensino superior.

## AS MISSÕES DO ENSINO SUPERIOR

A centralidade crescente que a “empregabilidade” dos diplomados vem assumindo nos debates públicos e nas decisões políticas sobre educação, não pode significar o confinamento das funções do ensino superior àquelas que estritamente se vocacionam para a formação de profissionais. Alternativamente, é desejável valorizar outros contributos das universidades e politécnicos como sejam informar e envolver a sociedade civil, promovendo o pensamento crítico sobre modalidades e dinâmicas de organização social e de cidadania (Boden & Nedeva, 2010), assim como fomentar o desenvolvimento económico, cultural e científico da coletividade, favorecendo a igualdade de oportunidades entre os vários grupos étnicos e socioculturais da população e preservando os princípios democráticos (Barroso, 2014).

Ainda que a preparação para a vida profissional seja uma das missões do ensino superior, considera-se que a mesma tem de ser entendida no quadro de outras funções igualmente relevantes e tem de ser delimitada numa perspetiva ampla que englobe o desenvolvimento pessoal do próprio indivíduo, permitindo-lhe a construção de um posicionamento crítico sobre o mundo e as profissões. Noutros termos, o que mais importa do ponto de vista educativo não é apenas ensinar aos diplomados as respostas corretas, mas sobretudo habilitar os mesmos a construir sentido sobre si próprios, sobre a profissão que desempenham e sobre o mundo em que vivem, sendo estas as características que distinguem as instituições de ensino superior que se deseja que sejam efetivamente *educativas*. Neste sentido, aceita-se que “a educação é realmente indispensável ao desenvolvimento social, e à modernização económica (...) (mas) uma educação aprisionada e domesticada por objetivos meramente instrumentais, ou por interesses particulares, deixa simplesmente de o ser, em termos de educação crítica, para a liberdade e a democracia” (Lima, 2008, p. 56) •



## BIBLIOGRAFIA CITADA:

Alves, M. G. (2007). *A inserção profissional de diplomados numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Alves, M. G. (2010). A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção. In A. P. Marques, & M. G. Alves, *Inserção Profissional de Graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas* (pp. 31-50). Vila Nova Famalicão: Edições Húmus.

Alves, M. G., Chaves, M., & Mineiro, J. (2014). *Inserção Profissional de Diplomados em Portugal: sistematização de metodologias utilizadas pelas universidades portuguesas e construção de um guião-modelo para coleta de dados a nível nacional (Relatório Final)*. Lisboa: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e Fundação Calouste Gulbenkian (documento policopiado).

Barnett, R. (1994). *The idea of higher education*. Buckingham: Society for Research in Higher Education/Open University Press.

Barroso, J. (2014). A regulação do Ensino Superior: transformações em curso. In A. L. Pires, A. Â. Vasconcelos, C. C. Figueiredo, & M. G. Alves, *Trabalhar (s)em Rede em Educação: dinâmicas de cooperação* (pp. 27-52). Caparica: edições UIED.

Boden, R., & Nedeve, M. (2010). Employing discourse: universities and graduate employability. *Journal of Education Policy*, 25 (1), 37-54.

Cardoso, Luís, J., Escária, V., Ferreira, V. S., Madruga, P., Raimundo, A., et al. (2012). *Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Charle, C., & Verger, J. (1994). *Histoire des Universités*. Paris: Presses Universitaires de France.

Comission/EACEA/Eurydice, E. (2014). *Modernisation of Higher Education in Europe: Access, Retention and Employability*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Gaebel, M., Hauschildt, K., Muhleck, K., & Smidt, H. (2012). *Tracking Learners' and Graduates' Progression Paths - TRACKIT*. Bruxelles: European University Association.

Lima, L. (2008). A Educação de Adultos em Portugal (1974-2004). In R. Canário, & B. Cabrito (orgs.), *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências* (pp. 31-60). Lisboa: Educa. Marques, A. P., & Alves, M. G. (2010). *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re) configurações teóricas e empíricas*. Vila Nova Famalicão: Húmus.

Knight, P., & Yorke, M. (2004). *Learning, Curriculum and Employability in Higher Education*. London and New York: Routledge Falmer.

Simão, J. V., Santos, S. M., & Costa, A. d. (2002). *Ensino Superior: uma visão para a próxima década*. Lisboa: Gradiva.



# SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 90

***A ortografia é um fenómeno da cultura, portanto um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito. O Estado não tem direito a compelir-me, em matéria estranha ao Estado, a escrever uma ortografia que repugno.***

*Fernando Pessoa, a Língua Portuguesa*

***Não pedimos, não queremos e não precisamos do Acordo Ortográfico.***

*António Emiliano, Apologia do Desacordo Ortográfico, 2010*

**A**s palavras são como um traje que nos identifica. Assim acontece com a língua de um povo que em si encerra uma história, que no caso da língua portuguesa narra o latim como matriz (séc. III a.C.), uma herança indissociável do grego, a que se junta uma influência visigoda (séc. VII) e uma

forte influência árabe (sécs.VIII-XIII). Numa mestiçagem que a História foi cimentando ao longo dos séculos, e em que o vocábulo diáspora sobressai, a língua portuguesa, enriquecida pelo contacto com «novas gentes», ecoa em vários continentes, fruto de um apelo da voz do mar a que os portugueses responderam, expondo-se ao risco que representavam as viagens das descobertas e que tornaram a terra diferente da «que tinha sido». Por isso é tão expressiva a frase de Vergílio Ferreira, a propósito desse património identitário: «Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto.»

A vivência de uma História comum a outros povos, em diferentes espaços geográficos, reflecte-se, entre outros aspectos relativos à expansão portuguesa, na «linguagem que os portugueses nestas terras deixaram» e que o tempo, como profetizou ainda João de Barros (cronista, séc. XVI), «não gastará». Essa sonoridade plural de matriz lusófona, espalhada pelo mundo, corresponde a uma diversidade de lusofonias, ou seja, de comunidades linguísticas, com diferenças umas em relação às outras, como é natural, não se compreendendo, pois, a designação comumente usada de «Lusofonia», infeliz influência do vocábulo «Francofonia» tão eivado de forte sentimento colonialista.

Num exemplo flagrante de absurdo e de branqueamento da História, que põe em



**MARIA DO  
CARMO VIEIRA**

Por opção da autora, este texto não respeita o acordo ortográfico de 1990.

causa o porquê da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), assistimos recentemente à paradoxal integração da Guiné Equatorial (2014) na dita Comunidade e «Lusofonia», constituindo o nono país membro, entre Portugal, Angola, Brasil, Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor. De todos estes países, apenas Portugal se opôs à entrada do regime de ditadura da Guiné Equatorial, acabando, no entanto, e lamentavelmente, por ceder aos sentimentos «altruístas» dos restantes países-membros, apostados na democratização do país, de que este continua alheado, e na satisfação da sua vontade em fazer uso da Língua Portuguesa que, no entanto, parece ter igualmente esmorecido.

Numa atitude bem própria dos tempos que vivemos, em que as palavras deixaram de ter sentido, dependendo apenas da vontade e do poder de quem as profere, a CPLP minorizou, sem escrúpulos, o que definira aquando da sua constituição, a 17 de Julho de 1996, e que transcrevemos: «A ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – foi sonhada por muitos ao longo dos tempos. [...] A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico.»<sup>1</sup>

Na conhecida frase de Bernardo Soares, semi-heterónimo de Fernando Pessoa, *Minha pátria é a língua portuguesa*,<sup>2</sup> «pátria-língua-portuguesa» representa um território abstracto «materializado pela língua escrita»,<sup>3</sup> esta última descrita por Pessoa como um «produto da cultura» e «obra-prima de patriotismo e de humanismo, trabalhada pacientemente por gerações dos nossos maiores».<sup>4</sup> No final do texto, em que a referida frase se integra, Bernardo Soares, em perfeita sintonia com as palavras do seu criador, explicita com nitidez o

seu sentido: *Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha.* A tónica, pois, na componente etimológica que, para além de suscitar uma relação afectiva com a palavra herdada, constitui um factor de cultura na ortografia da língua portuguesa cuja origem grega (*orthos* + *graphos*) significa «escrita correcta, exacta». No entanto, por ignorância ou por aproveitamento, tem a referida frase sido usada indevidamente, deturpada no seu verdadeiro sentido, sobretudo, por que não dizê-lo, por muitos dos apoiantes do Acordo Ortográfico (AO) de 90. Também o sociólogo e ministro de Estado da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, no seu recente artigo em defesa do AO, «A língua portuguesa e o século XXI» (*Público*, 03.08.2015), referiu uma citação [a língua] «é a casa onde a gente mora», não compreendendo a cilada que a si próprio montara. Na verdade, contraria a citação o facto de o AO ter sido imposto por decreto por quem se arvorou em «dono da língua», subestimando a relação afectiva que os falantes mantêm com a sua língua materna, uma herança que em si é um património de identidade. O que aconteceu efectivamente foi que intrusos invadiram com violência a «casa onde a gente mora».

Eis-nos no cerne deste artigo cujo objectivo único é lembrar quão nefasto tem sido este AO, no ensino da Língua Portuguesa, e quão violenta a sua imposição a toda a sociedade portuguesa, de que sublinho a situação dos professores, a que se junta o despudor total dos que se embrenharam no processo de alteração, incapazes de ouvir críticas, ignorando-as mesmo quando solicitadas, caso dos muitos pareceres pedidos pelo Instituto Camões,<sup>5</sup> mentindo também ao dizer que o AO resultou de uma ampla discussão pública. Onde e quando, pergunta-se, quando nem sequer se deram ao trabalho de responder a quem alertou, focando em pormenor problemas gravíssimos neste Acordo?

Como é sobejamente conhecido, a mania de inovar, de impor o novo pelo novo, aconteceu, e refiro o ensino, na década de 80, tendo sido também nessa década que uns tantos, portugueses e brasileiros, mandatados por si próprios, e arvorando-se em «donos da



1

In <http://www.cplp.org/>

2

Bernardo Soares, *Livro do Desassossego*, Vol. I,

3 e 4

Fernando Pessoa, *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros. Lisboa, Assírio e Alvim, 1997

5

Entre muitos outros, o parecer da Associação Portuguesa de Linguística (2005) que só em 2008 foi tornado público no Parlamento, o da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, o da Associação Internacional de Lusitanistas, o da União de Editores Portugueses, o da Associação Portuguesa de Editores e Livrários. Sublinhe-se o facto de só o parecer da Academia das Ciências de Lisboa ter sido favorável e com a assinatura de Malaca Casteleiro, o grande mentor (lado português) deste Acordo.

6

Um exemplo, entre muitos: Em 1988, o Presidente da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP), Vítor de Aguiar e Silva, perante o «Anteprojecto de Ortografia Unificada», foi profundamente crítico, não tendo recebido qualquer resposta ao seu texto. O Governo acabaria por extinguir a referida Comissão, silenciando mais uma voz contrária ao Acordo Ortográfico.

7

As alterações relativas à ortografia atingem em Portugal o cúmulo da vontade de «inovar», num aspecto que pouco deveria ser mexido e a ser feito exigiria saber e sensatez. Repare-se na avalanche de datas: 1911, 1920, 1931, 1943, 1945, 1975, 1986, 1990

8

António Emiliano, *Apologia do Desacordo Ortográfico*. Lisboa, Babel, 2008, pág. 49

língua», e porventura defensores dos seus próprios interesses, pretenderam inovar a ortografia, caprichando pela sua unificação e aplicação. Bastou, no entanto, o ridículo e a polémica provocada pelo «cágado» não acentuado, para que os autores da proposta – supressão dos acentos nas palavras esdrúxulas e também graves) – decidissem reformular o trabalho, mantendo, no entanto, a ideia de simplificar a ortografia. Mantida foi igualmente a sua arrogância intelectual, em conluio com o poder político, perante as veementes críticas «de carácter científico e técnico» que lhes foram enviadas e às quais não se dignaram responder.<sup>6</sup> O certo é que, a 16 de Outubro de 1990,<sup>7</sup> e apesar da polémica instalada, e que persiste empenhadamente nos nossos dias, o «Projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa» foi aprovado em Lisboa.

É justo mencionar os nomes de algumas pessoas que empenhadamente intervieram e continuam a intervir com livros, artigos e diversas iniciativas contra o «monumento de incompetência e de ignorância»<sup>8</sup> que representa o AO de 90: António Emiliano, Francisco Miguel Valadas, Fernando Paulo do Carmo Baptista, Maria Alzira Seixo, Vasco Graça Moura, infelizmente já falecido, (lembre-se a petição «Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico» que foi entregue na AR, a 8 de Maio de 2008, com 17.300 assinaturas e de cujo conteúdo se fez lamentavelmente tábua rasa aquando da discussão do 2.º Protocolo Modificativo, a 16 de Maio de 2008 na AR.), João Bosco Mota Amaral (deputado do PSD), Nuno Pacheco (jornal, *Público*), António Fernando Nabais, João Roque Dias, João Pedro Graça (principal impulsionador da «Iniciativa Legislativa de Cidadão contra o Acordo Ortográfico» (ILCAO), Maria José Abranches, Ivo Barroso (empenhado na análise do AO, numa vertente jurídica - «Acção Popular»), Octávio dos Santos, Madalena Homem Cardoso, Rui Valente, e tantos outros. Está também a decorrer uma recolha de assinaturas para a realização de um referendo (<https://referendo90.wordpress.com/documento-para-recolha-de-assinaturas/>), iniciativa que resultou da moção aprovada no Fórum “Pela Língua Portuguesa, diga NÃO ao «Acordo Ortográfico» de 1990”, realizado a 14 de Abril de 2015, na

Faculdade de Letras de Lisboa, e para a qual se pede uma especial atenção. Mencione-se ainda o grupo do facebook «Cidadãos contra o ‘Acordo Ortográfico’ de 1990».

A forma como se desenvolveu este processo do AO 90, abstendo-me, por uma questão de prioridades, de referir o imbróglio que representa a sua ratificação e as dúvidas de legalidade suscitadas pelo «2.º protocolo modificativo ao acordo ortográfico de língua portuguesa», constituiu o modelo de uma nova forma de fazer democracia, mascarando a palavra. A experiência havida foi certamente determinante no que diz respeito aos então novos programas de Português para o ensino secundário, fruto da triste e atabalhoada reforma do ensino de 2003, já que os professores foram convidados a fazer a sua leitura crítica, sendo, no entanto, advertidos por uma nota prévia de que as suas «críticas, construtivas, não poderiam colidir com as metodologias apresentadas.» Estarão lembrados de que «sapientemente» muitos autores clássicos foram então retirados dos programas e a Literatura menorizada, ficando em pé de igualdade com textos funcionais, por exemplo, a que se juntou a famigerada TLEBS a querer substituir «inovadoramente» a Gramática. Com a imposição do AO, e como já antes acontecera, os que a ele reagiram negativamente foram alcunhados de «resistentes à mudança» ou com o estafado «Velhos do Restelo» cujo significado poucos parecem ter estudado e compreendido, apregoando-se, ainda, tal banha-da-cobra, os 200 milhões de brasileiros e a catástrofe iminente da extinção da língua portuguesa não houvesse sido decretado o bem-aventurado AO. Por isso mesmo, com um espírito de missão, bem pago, palmilharam o país, por diferentes escolas, jornalistas, escritores, professores e outros «missionários» levando a boa nova do português, finalmente correcto. O que nenhum soube explicar, no entanto, foi a razão pela qual o hífen se mantém em *cor-de-rosa*, com a justificação de ser «uma excepção já consagrada pelo uso», estando, no entanto ausente em *cor de laranja*, ou ainda a supressão do acento em «pára», passando o verbo a confundir-se com a preposição «para», mantendo-se contudo o acento em «pôr» para se diferenciar da preposição «por». Mistérios que continuam por esclarecer.

Ao lermos intervenções de quem, no Brasil, por exemplo, coordenou o processo relativo ao AO, Evanildo Bechara, surpreendem-nos as suas palavras que não evidenciam o linguista que, segundo parece, será. Eis três exemplos, a nosso ver, sugestivos:

1. «Começamos a aprender a língua pelo ouvido, quando crianças. Depois aprendemos pelos olhos, porque lemos as palavras. [...] Ao abolir o trema, tiramos um peso dos ombros de quem escreve. A falta do trema, longe de ser um prejuízo, é um lucro. Deixamos de escrever o trema, mas podemos pronunciar as palavras da maneira como estamos acostumados a ouvi-las.»<sup>1</sup> Não podemos deixar de contrapor o que escreveu António Emiliano: «A função de uma ortografia não é nem facilitar o ensino da escrita nem reflectir a oralidade; a ortografia serve para codificar e garantir a coesão da língua escrita normalizada de uma comunidade nacional.»<sup>2</sup>

2. «Mergulhamos no texto do acordo e muitas vezes demos com a cabeça na pedra. O texto é muito lacunoso e, o que não sabíamos, interpretamos, imbuídos do espírito do acordo».<sup>3</sup> Espírito esse que significa um violento empobrecimento da língua portuguesa e que tem vindo a impedir, numa demonstração evidente de insegurança, mas também de arrogância intolerável, uma reflexão sobre o assunto, para além de desprezar a liberdade e a diversidade que caracterizam o percurso de um património comum a vários povos.

3. «O Acordo Ortográfico não tem condições para servir de base a uma proposta normativa, contendo imprecisões, erros e ambiguidades.» (3.º Encontro Açoriano da Lusofonia, 8-11/05/2008)<sup>4</sup>. «Imprecisões, erros e ambiguidades» que nunca, no entanto, foram apontados para correcção.

Também a Nota Explicativa ao AO 90, que lamentavelmente muitos deputados desconheciam aquando da sua discussão na AR, e continuam a desconhecer, exemplifica de forma evidente a falta de cientificidade da argumentação utilizada e a ligeireza de um vocabulário falho de objectividade e de rigor. Disparatadamente, no ponto 4.2, a propósito das consoantes mudas, justifica-se a sua continuidade na ortografia portuguesa pela «teimosia lusitana», uma acusação que acentua em seguida a conduta exemplar da norma

brasileira que, «justamente por elas não se pronunciarem», «há muito as suprimiu». Ainda no mesmo ponto, alínea e), invoca-se a patética «razão de natureza psicológica» que «consiste na convicção de que não haverá unificação ortográfica da língua portuguesa se tal disparidade não for resolvida;». Verborreia que tem a ver exclusivamente com a decisão de desvalorizar a componente cultural da ortografia portuguesa, a etimologia, privilegiando a «pronúncia», critério considerado facilitador da escrita. Não poderemos deixar de relevar, ainda a propósito desta alínea e), o comentário do linguista António Emiliano: «[...] não é acertado querer “resolver as disparidades” re-

resultantes da marcha inexorável da História por decreto ou através de convenções internacionais. A passagem do tempo introduz variações, mudanças, divergências e clivagens nas comunidades. O que era uno antes desagrega-se e fragmenta-se. O que era homogéneo diversifica-se. Não querer (ou não poder) aceitar isso é ser cego à realidade, é ser imobilista e retrógrado.»<sup>5</sup> Na linha do miserabilismo pedagógico, que a Escola tão bem conhece, refere-se ainda no mesmo ponto 4.2, alínea c) que «a supressão deste tipo de consoantes vem facilitar [às crianças] a aprendizagem da grafia que até aqui era feito com «um enorme esforço de memorização que poderá ser [...] canalizado para outras áreas [...]».

É amplamente visível o caos que se instalou na sociedade portuguesa com a imposição deste AO 90 e a consequente «insegurança ortográfica», sendo os exemplos incontáveis. O jornalista Octávio dos Santos aponta muitos deles, no seu oportuno e importante artigo - «Apocalipse abruito» - jornal *Público* de 13.03.2015, baseando-se no excelente trabalho de compilação e localização realizado por João Pedro Graça (ILCAO), com a participação também de João Roque Dias, Francisco Miguel Valada, Fernando Venâncio e António Fernando Nabais. Eis vários desses exemplos: *abruito, acupuntura, adatação, adeto, amidali-*

## “Impõe-se que prezemos a Língua Portuguesa, «legado de séculos» e «obra de cultura», nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho”



1 De uma entrevista ao *Estadão*, 12 de Novembro 2012, citada por Fernando António Nabais no seu blogue *AVENTAR a* 15.11.2012

2 António Emiliano, *Apologia do Desacordo Ortográfico*. Lisboa, Babel, 2010, pág. 141.

3 Revista *PIAUÍ*, Edição 57, Junho 2011.

4 António Emiliano, *op.cit.*

5 In *O Fim da Ortografia*. Lisboa, Guimarães Editores, 2008, pág. 73.



te, administração, anistia, apocalipse, autótones, avertência, bateria, bactericida, caracteres, centro, compatar, conosco, contato, corrupção, corrutor, diagnóstico, disseção, elise, enográfico, erução, esfínter, espetativa, espetro, estupefato, eucalito, expetoração, ezema, ficção, ginodesportivo, helicótero, histeretomia, ilariante, impato, indenização, intato, intelecto, interrupção, invita, iterícia, latente, onívoros, ostáculo ostipação, otogenário, otógono, pato (não a ave), pitórico, putrefato, seticemia, setor, suntuosa, técnica, tumefação, umidade, vasectomia. Surpreendente é o facto de as asneiras transcritas terem a sua origem em «sítios oficiais de importantes instituições e empresas, públicas e privadas, incluindo estabelecimentos do ensino superior e órgãos de comunicação social», conforme esclarece o autor. Como se verifica, o rastilho da supressão das consoantes mudas não pronunciadas alastrou a toda a sequência de consoantes, e o resultado está à vista. Quererão mesmo assim desmenti-lo?

Na Escola, a situação é verdadeiramente dramática para os professores que são forçados a escrever e a transmitir o «novo português», respondendo com a justificação de que «foi decretado assim» às dúvidas suscitadas por muitos alunos e às incongruências que eles próprios também verificam. Um dos exemplos mais flagrantes, e talvez por isso bastante citado, é o caso de se impor a escrita de *Egito* para o país e de *egípcio* para o seu habitante. Sublinha a autora, no entanto, que sempre pronunciou Egipto e ouviu os seus professores, nomeadamente os de História, pronunciar da mesma maneira, acontecendo o mesmo na sua própria casa. Motivo igualmente de reparo são as novas palavras «inovadas» por este AO, nem português nem brasileiro nem coisa alguma, e que arrastam para uma nova pronúncia com o fechamento da vogal tónica. É o caso de «recepção» e de «concepção» que assim se mantêm no Brasil, mas que no português europeu, fruto do estúpido critério da pronúncia e consequente desprezo pela etimologia, preconizados pelo AO, se escrevem agora «receção» e «conceção». Que não se propague também a Portugal a invenção brasileira de «as mídias» e da «cultura midiática» que proliferam na internet e que servem de cópia a muitos trabalhos de

alunos sobre os *media*, palavra de origem latina, *medium* (meio) cujo plural neutro se fazia com a vogal a, e daí *media*, sendo, pois, correcto dizer-se «os media». Provincianamente, alguns começaram a imitar a forma de pronunciar inglesa, só que os brasileiros foram mais longe e passaram a escrever como pronunciavam, ou seja, com a vogal i («mídias»). Depois, qual brincadeira de carnaval, acrescentaram-lhe novo plural, juntando-lhe um s («mídias»), e porque a palavra terminava com a vogal, normalmente atribuída ao feminino, passaram a dizer «as mídias», mascarando completamente a palavra.

A acordização imposta nos diferentes manuais gera também gravíssimos problemas na análise dos próprios textos, exemplos que podem ser elucidados com a poesia e a prosa da heteronímia pessoana, por exemplo. Ricardo Reis, o heterónimo de «cultura clássica», usa variadíssimas vezes, nas suas odes, as estações do ano no seu sentido metafórico, ajustado ao ciclo de vida do ser humano e como tal escritas com maiúscula - (*Não florescem no Inverno os arvoredos, / Nem pela Primavera / Têm branco frio os campos*). Com o AO, decretou-se inexplicavelmente que estações e meses do ano, entre outros substantivos próprios, passar-se-iam a escrever com letra minúscula, perdendo, e no caso da poesia de Reis, o seu carácter de entidade.

O verbo *parar*, não acentuado agora no Imperativo e na 3ª pessoa do sing. do Presente do Indicativo, confundindo-se assim com a preposição *para*, é outro exemplo a gerar confusão o que, na verdade, contraria o objectivo da ortografia. Imagine-se a frase de Bernardo Soares com o verbo *parar* não acentuado – *Quem simpatiza pára*, ou leia-se o verso de Álvaro de Campos, *Pára, meu coração!* ou o de Ricardo Reis, *Pára um momento à porta da minha alma*, e compreender-se-á de imediato o ruído em que a palavra se transforma não sendo acentuada.

Outra situação intolerável é o que se passa com as facultatividades, que põem em causa o carácter normativo da ortografia, e entre as quais se inclui a 1ª pessoa do plural do Pretérito Perfeito do Indicativo, dos verbos da 1ª conjugação, que segundo a gramática portuguesa é acentuada (amámos), para se distinguir da mesma pessoa do Presente

do Indicativo (amamos), regra essa que está a deixar de ser cumprida, e infelizmente também por professores de Português, aproveitando-se a simplificação dada pelo AO ao permitir que se retire o acento sem que isso constitua um erro. Sendo a temática «passado-presente» uma constante em Pessoa ortónimo e heterónimo, Pretéritos Perfeitos e Presentes do Indicativo são tempos verbais muito usados. Repita-se o exercício anterior e leia-se os versos de Álvaro de Campos, com o Pretérito Perfeito não acentuado – *Conquistámos todo o mundo antes de nos levantar da cama ou Olhámos indiferentemente um para o outro*, ou ainda o verso de Ricardo Reis, *Porque nunca enlaçámos as mãos, nem nos beijámos*. Uma situação que forçosamente gera equívocos.

Defende-se que os alunos reflitam sobre a língua portuguesa, mas o AO impede precisamente que o façam e, mais grave, força os professores a ensinar erros, desautorizando-os. Na verdade, o único esclarecimento para as dúvidas dos alunos tem a marca da tirania: Não vale a pena questionarem-se. É assim porque é assim, bem à maneira da criação e imposição da simplificada e paupérrima «novilíngua» orweliana.

Foi em nome do valor económico e político da língua que os últimos governos justificaram a utopia de uma unificação ortográfica, que teria ainda como finalidade «reforçar o papel da língua portuguesa como língua de comunicação» (Conselho de Ministros, 2011), não olhando a custos, apesar da austeridade imposta, custos esses que os portugueses continuam a pagar e a desconhecer. A verdade é que nunca houve vontade de assegurar uma política séria relativamente à língua e à cultura portuguesas, e lembre-se o fecho de leitorados, a redução de professores portugueses a ensinar no estrangeiro ou a imposição de propinas aos alunos luso-descendentes. E o que dizer da prática corrente do uso do inglês em discursos políticos, em negócios e na própria universidade, sobretudo na área de Economia? E da saloia, para fins turísticos, de «Allgarve» (Algarve), de «Lisbon South Bay» (área de Almada-Barreiro-Seixal), de Belém Riverside (imobiliária), de Luxury Real Estate (venda de propriedades de luxo) ou ainda a avalanche de títulos ingleses em programas



televisivos, com realce para a estação oficial – RTP (*Cook Off*, *Fashion Fil Factory*, *Portugal Got Talent*; *RTP Running*; *What's Up*)<sup>1</sup> ou até cartas do Continente que nos chegam a casa e em que no espaço reservado ao selo se explicita «City Post»? Exemplos do carácter endémico da boçalidade cultural que fortemente impera e que Fernando Pessoa designou por «síndrome provinciano», descrevendo os seus «três sintomas flagrantes: o entusiasmo e admiração pelos grandes meios e pelas grandes cidades; o entusiasmo e admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade de ironia», exigindo esta última «um domínio absoluto da expressão, produto de uma cultura intensa».<sup>2</sup>

Em nome da qualidade do ensino da língua portuguesa e da sua divulgação no mundo, urge que o Estado promova, em Portugal e no estrangeiro, um estudo sério da língua, pondo de parte aventuras estereis que têm vindo a desestabilizá-la, com fortíssimo destaque para o AO. Impõe-se que prezemos a Língua Portuguesa, «legado de séculos» e «obra de cultura», nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, e nesse sentido a urgência de uma desobediência civil ao cumprimento deste AO e a continuidade da luta pela sua suspensão ou revogação. •



1 Octávio dos Santos, «E não proibiram o Inglês», in *Jornal Público* de 17.08.2015.

2 In *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986.

# RELATOS DO BULE OU JACARANDÁS NO INFERNO

## CAP. XVIII - UM UNIVERSITÁRIO NO SEU OTIUM

O Arquiteto Guilherme lê nos jornais (nem sei se na secção de educação, ou nos casos de polícia?) repetidas notícias que sempre fazem os seus horrores e o deixam acabrunhado com os rumos da Humanidade. Ao menos num primeiro momento.

Pelo mundo fora, mais professores insultados, espancados, baleados, até mortos, por alunos ou pais de alunos. E, ao mesmo tempo, quase não lê (porque, não se sabe porquê, essas notícias não são notícia – talvez por não mostrarem sangue imediato): mais professores, de todos os níveis, mas também universitários postos na rua, com pretexto ou sem pretexto... Durante muitos anos, num país distante, eles nem mesmo tinham subsídio de desemprego, ao contrário de todos os demais profissionais.

Pensativo, sei que distraidamente, acariciou-me a asa branca, e ao mesmo tempo tomou um dos seus lápis prediletos de uma caneca bojuda que estava ao lado, o que quase me fez inveja, e tomou uma decisão. Homem de gestos largos e rasgos de nobreza, Guilherme decidiu responder à barbárie à sua maneira: “— Vou escrever uma História da Arte! — foi o seu grito de guerra.

“— Quem diria?” Tal o meu primeiro comentário. Mas a resposta do pensamento é assim. Só com o pensamento, pelo pensamento, para o pensamento. Será eficaz? Duvido muito. Os bules são uma raça pesada, e lógica, não

acreditam em atitudes platónicas. Nenhuma História da Arte fará recuar a barbárie na Educação.

Mas entendamos Guilherme. Para ele, dar aulas, receber os estudantes, orientá-los, projetar, pintar ou escrever (a menos que sejam estatísticas e relatórios da burocracia académica) não são trabalho, são diversão. São verdadeiro ócio. E isso é que lhe não perdoam nem os fazedores esforçados, que se matam pelo dinheiro e pela fama, nem os preguiçosos... Como pode ele produzir tanto? Naturalmente, porque ele se diverte. Aqui para nós, sabemos que fazem tudo ao seu alcance para que pene. Mas ele diverte-se... E agora mais, escrevendo uma História da Arte.

Começou assim, *in medias res*, sabendo que depois voltaria atrás ... PERFIS SEMINAIIS DA PINTURA EUROPEIA. Achou o título muito pretensioso e confuso (e era mesmo), e voltou a escrever: FIGURAS DA PINTURA EUROPEIA. Não gostou (lembrou-se de Imagens da Poesia Europeia, de David Mourão-Ferreira, que contudo muito admirava), e, divertido, escreveu: APONTAMENTO SOBRE PINTURA EUROPEIA, E sublinhou com um lápis vermelho: A REVER!!!

A indecisão foi só no título. A partir daí, escreveu de um fôlego. Sei que o narrador super-omnisciente que está atrás de mim (não vou dizer acima de mim, por orgulho e dignidade de bule educadíssimo) teve sério escrúpulo em



PAULO F. CUNHA

publicar aqui o texto, porque todos os direitos de autor são, realmente, de Guilherme. Mas... Acabou por superar os seus pruridos, e considerar que estaria, afinal, a contribuir para a glória do arquiteto feito historiador da Arte... E avançou. Confesso que acho mal, porque demora o fio narrativo (estávamos no último episódio num enredo tão romântico...), e comete uma indiscrição. Mas ele lá sabe... Os seus desígnios são, na verdade, insondáveis. É frequente não entender como ele dispõe as coisas.

## INTRODUÇÃO

“A Pintura Europeia, enquanto pintura do continente europeu, existe, certamente, desde que homens como os de Foz do Côa, Altamira, Lascaux...marcaram com objeto riscador em suporte idóneo traços da memória de si e das suas angústias.”

Se a um bule letrado é permitida uma intromissão, devo sublinhar que não gosto deste começo. É sempre o velho recuar à noite dos tempos. Muitos exercícios dos alunos de Guilherme foram despedidos com má nota por vício muito análogo.

“Desde essa Pré-História, aliás esteticamente tão próxima de nós (viveremos um novo ‘momento pré-histórico’ de algum modo?), muito caminho se percorreu. A Antiguidade, salvo exceções, pelo seu carácter cívico que sempre prefere o monumental, preteriu a pintura em favor da escultura e da escultura arquitetonicamente integrada. A Idade Média deslocou a pintura do mundo fenoménico para o mundo da fé. Há aí também uma Pintura Europeia, e em certos casos com clara homogeneidade continental, mas não se encontrará plena enquanto reflexo do espírito europeu. E em todos os casos referidos, a Pintura é ancilar e, independentemente da sua qualidade, não é considerada no imaginário comum muito acima das artes mecânicas.”

Força, Guilherme, estás a entrar no assunto. – o nosso bule entusiasmou-se (fala agora o divino narrador super-omnisciente).

“Vai ser com o Renascimento, com os Renascimentos, e a Modernidade que a Pintura se assume como Arte com dignidade autónoma, e se dá conta da sua componente técnico-científica, e reflexivo-especulativa, como *cosa mentale*. Essa dimensão confere-lhe a

maioridade enquanto expressão artística por excelência da eterna e intrínseca inquietação e indagação europeias.

Os apontamentos que se seguem dão apenas testemunho de alguns marcos pessoalmente significativos na nossa história pessoal da pintura (quem se interessa e pesquisa tem uma estória pessoal até desse *quid*). As ausências são muitas, mas as presenças podem ser exemplares de um percurso.”

Não será este parágrafo excessiva confissão, como Guilherme não gosta que se seja? Mas vamos entrando na matéria... Olha, olha...

## GIOTTO, UM FUNDADOR

“Giotto da Bondone insere-se no período comumente considerado pré-renascentista, do *Trecento* italiano, séc. XIV, na escola de Florença, tendo sido miticamente encontrado por Cimabue. Nesse tempo e até há pouco havia nas artes olheiros como hoje no futebol... A hagiografia italiana (é curioso que a historiografia artística anglo-saxónica, e até alemã sejam mais reticentes) deifica-o e considera que com ele se tem de abrir um novo capítulo na História da Arte, e especificamente na história da pintura (Gombrich, por exemplo, di-lo, mas, embora não o contradite completamente, não abre efetivamente tal capítulo). Mas por toda a parte proliferam as deificações. Entre nós, um dos excursos do *Cavaleiro da Dinamarca* de Sophia de Mello Breyner não deixa de o apresentar, o que é significativo (e não contraditório) numa autora tão profundamente impregnada pelo classicismo, designadamente helénico.”

Aproveita a tua erudição, chega-lhes! Quem citaria a Sophia numa História da Arte? É assim mesmo. É interdisciplinaridade, ou não é? *Pósdisciplinaridade* como diz Gonçal Mayos!

“Giotto, tal como depois Donatello, era um homem do povo, e ao contrário, por exemplo, de Simone Martini (que cria nas suas composições religiosas um espaço irreel de elitismo aristocrático, identificando o divino e o socialmente nobre: patente no colorismo doirado da *Anunciação*), tem da divindade uma visão muito mais humanizada, e, pode dizer-se, franciscana. Grande parte das suas composições serão ilustrações da vida do



*poverello* de Assis, de que foi uma espécie de arauto icônico. A influência de uma cosmovisão franciscana é fundamental para a compreensão da sua obra. Mas nela ficam coenvolvidos os problemas da própria interpretação do franciscanismo... questões que não são pequenas, e que encontram inusitados contributos em autores aparentemente laterais para o tema, como Henri Lepage e Michel Villey. Sem esquecer, evidentemente, o contraste feito entre Tomás e Francisco pelo poderoso Chesterton, que ditou de cor o seu livro apaixonante”.

Boa, Guilherme. Continua a surpreendê-los. Um economista e um filósofo do Direito. Mais o criador do Padre Brown. Assim é que é. Vão trepar pelas paredes. Mas não exageres. Vão dizer logo (oh que crítica tão estafada!) que não és um verdadeiro historiador da arte. Que, afinal, ensinas Projeto há muitos anos. Além disso, cuidado com a sensibilidade social e o franciscanismo. Podes tornar-te suspeito. Não é até o Papa Francisco um perigoso esquerdista? Ora, Guilherme. Nada disso. Quem é que se pode enganar contigo? Tu sempre estiveste com os pobres. É isso mesmo uma dimensão social da Arte, mas com poesia, com erudição, sem mecanicismo e sempre com medida. Estás a ir lá...

“Por outro lado, ao nível estético, não se preocupa com a beleza (com um ideal de esteticismo perfeccionista), mas com um tipo de veracidade de uma rusticidade suavizada por uma espiritualidade difusa na forma, mas profunda na substância. De facto, sendo um homem de espiritualidade, e tendo posto o seu pincel ao serviço da causa apologética franciscana (a qual, na sua versão original, depois traída – v. em torno disto *O Nome da Rosa* de Umberto Eco – é mais humanitária que humanista, e mais mística que humana). Giotto faz-nos descer das abstratas figuras medievais, todas simbolismo, para uma arte humanizada. Não só pela forma, como até pela temática (mesmo temas religiosos como o de *Joaquim e os pastores* são tratados com tocante humanidade). Como é diversa da pintura veneziana, toda trombetas doiradas, triunfal como o sublinhou Eugenio D’Ors, que chegou mesmo a dizê-la a mais suntuosa e triunfal que jamais se produziu. Mas

misteriosa na sua cor, não tanto humana, diríamos nós”.

Humanidade, outro ponto forte teu, que é preciso que deixes bem impresso na obra. O Homem está a perder-se. E eu sei que sem Homem não haverá bules. Mais: sem homens educados não haverá bules.

“Um dos pontos em que os autores não se encontram de acordo, embora por vezes seja subtil o seu desentendimento, é nas fontes de Giotto, bem como na presença dos influentes no seu próprio trabalho de maturidade. Uns apresentam-no como claro superador da maneira grega, o mais distante possível do ícone, ao contrário da linha seguida pela escola de Siena. Outros, não deixam de nele ver (e ainda no seu realismo de base, que não contestam) a influência de pelo menos uma estadia em área de influência bizantina, e querem considerar a importância dessa aportação.

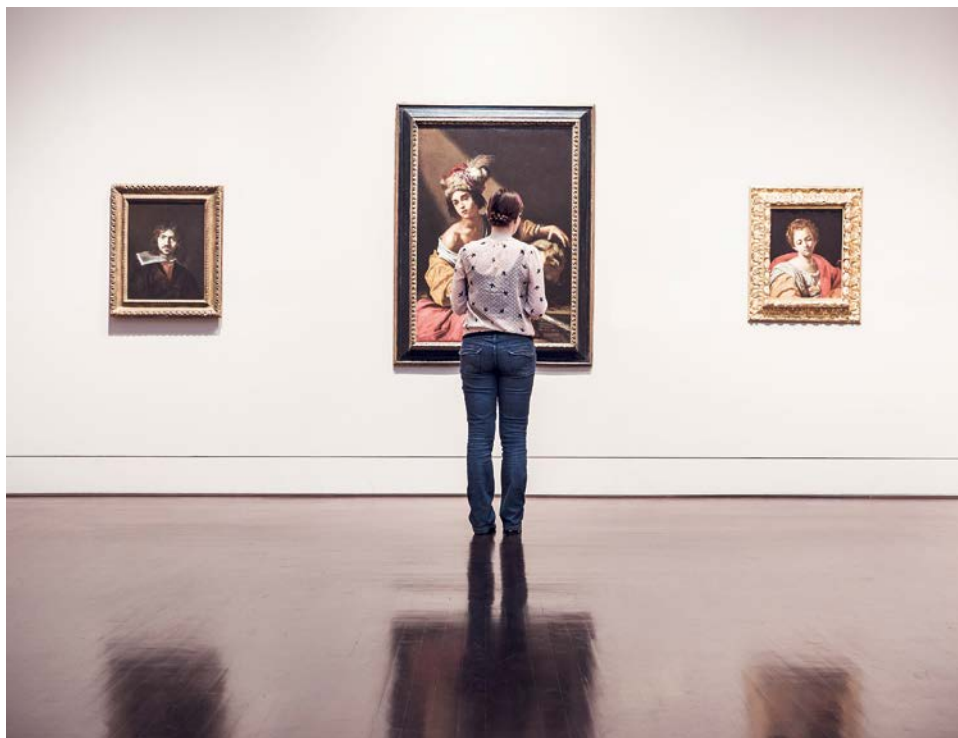
Sem desejarmos desempatar nem fazer irenismo deslocado, cremos ser fundamental, por um lado, a influência da sua mais direta circuns-tância (desde logo o ar de Florença e Cimabue...) mas sobretudo as suas preocupações próprias, designadamente o impacto da escultura na sua obra (por exemplo, a *Fides* do templo dell’Arena é já uma representação escultoricamente concebida), as suas angústias espaciais (que o levam a uma “perspetiva” empírica, mas muito eficaz: L. Venturi disse, a esse propósito algo como – “o artista não segue as regras, o artista cria as suas próprias regras” – e as suas próprias regras, mesmo com carneiros e homens de dimensões relativas duvidosas, são eficientes).

Mas, por outro lado, razão tem Gombrich quando, libertando-se também dos lugares comuns sobre o ícone e a arte bizantina, tenta compreender como poderá estabelecer-se uma ponte entre o velho e o novo. Com efeito, a arte grega e icônica, tem ainda, ao contrário do gótico, ocidental, reminiscências da técnica do helenismo. E nos rostos de alguns ícones ainda se pode descortinar algum claro-escuro, tal como nessas composições decarnadas e voláteis haverá ainda um *fumus*

**“O artista não segue as regras, o artista cria as suas próprias regras”**

– L. Venturi





de perspectiva. Ora, sugere Gombrich, a partir desse legado poderia um gênio inovador criar ou recriar o que na Europa ocidental se perdera.

Sem envolver uma opção pró- influência bizantina, esta ideia de algum modo explica como pode ter havido até uma confluência de legados, sintetizados pela capacidade inovadora de Giotto. Aliás, o problema das influências deve, pelo menos *in casu*, ser preterido pelo das motivações, já que o homem de talento, e *a fortiori* o de gênio, tal como dizia Paul Valéry do leão, alimentam-se de carneiro...”

Grande fôlego. Cuidado com o abuso da “circunstância” Gassetteana...que se tornou um lugar comum com pretensiosismos em muitos, que para mais colocam um plural.. E bravo para tamanho diálogo de fontes. É certo que tens que provar às más-línguas que te acusarão de diletantismo que sabes o que eles sabem, e ainda mais. Mas não te deixes prender nas malhas da erudição. Discute moderadamente o que eles discutem, mas não abdiques de problematizar o que tu próprio vês, por ti mesmo. Mas estou a ensinar o padrenosso ao vigário. Estou a ver que já concluis:

“Abra-se ou não um novo capítulo na História da Arte, Giotto coloca problemas muito interessantes, porque os coloca noutra nível: e aí está toda a espiral da História...”

Giotto é realista, é o primeiro dos realistas depois de um tempo de simbolismo e abstracionismo *hoc sensu*. Mas nem por isso é fotográfico, nem sequer nos coloca problemas de matemática construção do espaço. Também ao nível da estrutura da composição parece “ingénuo”, embora tenha subtilezas escondidas, e processos cuja simplicidade é só aparente: como o recorte no fundo, como a organização dos planos, etc... O que Giotto essencialmente nos recorda é a dupla qualidade do desenho: interior e exterior. O desenho que é divindade e modo de investigação do Renascimento, assume desde logo em Giotto a característica que Leonardo reivindicará para a pintura: a de *coisa mental*. Com efeito, o que conta mais para o nosso pintor é a conceção e a decisão, a *inventio* retórica da obra, logo, o desenho interior.

E independentemente do gosto e das soluções, esse encontro do artista com a utopia da sua obra parece essencial e um legado que merece não mais ser olvidado.”

Utopia: mais uma das tuas marcas. Desde a tese: *O Arquitecto, a Cidade e a Utopia*. Bela tese, que tão poucos leram e menos ainda compreenderam. Não me alongo, o leitor sabe que sou um fã, embora crítico, do arquiteto Guilherme.

Vou ler-te mais caladinho no próximo capítulo. Deixa lá ver. Opps... Logo dois gigantes. Não fazes a coisa por menos...

## LEONARDO E MIGUEL ÂNGELO: DOIS CLÁSSICOS

“No fresco dito d’ *A Escola de Atenas*, na *Stanza della Segnatura*, seguindo um procedimento normal na época, Rafael empresta a face de Leonardo a Platão, e, provavelmente por imposição última do Papa, ou do seu círculo próximo, concede ao fundo da escadaria um lugar estranho para um bisonho Miguel Ângelo. No *Juízo Final* da Capela Sixtina, o Buonarroti coloca o seu rosto no de S. Boaventura, aquele que havia sido esfolado e que na composição surge segurando a sua própria pele.

Quantos não têm visto na *Gioconda* o auto-retrato (com mais ou menos volutas mentais e peripécias) de Leonardo? E não poderemos pensar que o *Moisés* de Miguel Ângelo é, afinal, uma espécie de auto-retrato do artista?”

Alguém negará que é um começo muito original? Comparação de artistas, pelos seus auto-retratos. Promete.

“Tais são as pistas simbólicas e iconológicas que emblematicamente colocamos à nossa reflexão. E alguns paradoxos, ou pelo menos aparentes contradições, desde logo se levantam.

Embora a História da Arte (bem como as diferentes historiografias em que o autor é particularmente importante: desde logo a historiografia literária, por exemplo) tenha claramente superado a tradição biografista, que se desenhara desde Vasari, e de algum modo até Wölfflin (embora prolongando-se “em contra-ciclo” depois deste), a verdade é que não existe arte desgarrada dos seus concretos produtores. No início do seu volumoso estudo sobre Miguel Ângelo precisamente (mais biográfico e de época que propriamente crítico), Giovanni Papini insurge-se veementemente contra a ausência do *autor* em estudos destas áreas. Papini era mesmo um espírito literário, mas não esqueçamos que Mircea Eliade aprendeu em jovem italiano com o fito imediato de o ler no original: quer dizer, pode atrair mentes muito diversas, porque tenta chegar a grandes ideias gerais.

Ponderada a sua importância contextual (no social, na linguagem e evolução própria das formas, etc.), não se pode resistir a comparar as personalidades de Miguel Ângelo e

de Leonardo e de transportar um tal estudo psicológico para as suas respetivas obras.”

Opção corajosa, nestes tempos. Hoje que a própria História está em maus lençóis na cotação materialista da bolsa dos saberes (Diana não gostaria da metáfora), a Biografia anda de rastros... Não pensei que continuasses por esse caminho. Mas sei que aí poderás brilhar, até pelo teu lado de psicólogo. Vais ver a obra pela psicologia do autor? – e inclinou-se para ver melhor. Se os bules tivessem óculos, teria composto as lunetas. Assim...ficamos sem imagem. Mas imagine-se o correspondente. Um bule pode, por exemplo pigarrear para maior concentração.

“Leonardo é um homem do mundo, de uma curiosidade sem limites, de um apuro e inventiva artística e técnica que se dividiu por diversíssimas matérias, com uma personalidade forte, mas dúctil, capaz de compromissos e de diplomacias. Há em si uma facilidade natural para todas as coisas, que não negando o ‘honesto estudo’ quase faria dele um diletante se não houvesse sido um pioneiro em muitos aspetos. Dele se diz que não se interessava pelas coisas senão enquanto lhes não vislumbra a solução. E daí o ter deixado inacabados grandes projetos: não só alguns dos seus estudos de engenharia mecânica (e até de aparelhos voadores), de hidráulica, como também de escultura (veja-se o célebre cavalo que tanto esperou por concretização), ou de pintura (lembremonos do cartão da batalha em Florença que serviria depois a Rubens de inspiração-modelo). A sua passagem pela vida é enigmática, apesar de nos ter deixado escritos — mas significativamente muitos deles redigidos como que em espelho. Recordemos a célebre passagem de S. Paulo sobre o ver em enigma, *per speculum*. Também Leonardo se nos não revela senão enigmaticamente. A sua escrita (v. os seus Tratados de Pintura) é mais doutrinal do que confessional.”

Tenho dúvidas se a referência a São Paulo será uma boa ideia. Depende do público... Mas é inegável que ocorreria por associação de ideias.

“Por isso, Leonardo pode ser considerado o Aristóteles da Arte renascentista. E daí a surpresa de o vermos, com Rafael, aliado a



Platão. Posto que o (neo-)platonismo de Rafael seja sobretudo o reflexo de uma *vox populi* culta, dos círculos em que se movia...

Leonardo bem podia ter feito seu o lema, tão humanista, de Terêncio e Protágoras (que depois Karl Marx iria também adoptar — ainda assim com propriedade, nesse século XIX em que o Humanismo parece ter fascinado): *sou homem e nada do que é humano me é alheio.*”

Tem cuidado com citações do barbudo, porque ainda acabas por irritar todos: marxistas e antimarxistas. É o que queres?

“Nada de humano passou ao largo do Estagirita. Como nada se furtou à devoradora curiosidade de Leonardo. Todavia, no racionalismo e enciclopedismo aristotélicos, Leonardo, no seu *claro-escuro* e no seu *sfumato* não deixa de apresentar algumas fontes para o neo-platonismo (na analogia simbólica, evidentemente, que tais ligações comportam) pelo que a *concordia* entre Platão e Aristóteles, visada por Rafael, não deixa de fazer algum sentido, tanto mais que o virtuoso não morria de amores pelo seu rival Buonarrotti, contra quem terá (sozinho e com o tio ou parente Bramante) abundantemente conspirado junto do Papa. Um neoplatónico como Rafael não podia dar o rosto do seu rival a Platão.”

O biografismo pode resvalar para a intriga. E pode haver quem, malévolo, ainda leia o que não está nem escrito nem pensado. Cuidado com as *tresleituras*. Moderação, Guilherme! É História da Arte, é, apesar de tudo, *História da Arte!*

Toca o telefone. Guilherme detém-se na redação fervilhante, que o exalta. O pio do aparelho desconcentra-o. Quem é que lhe interrompia Leonardo e Rafael?

“— Sim. Pronto! Guilherme... Faz favor...” — disse, mal disfarçando o humor contrariado. •



**TÍTULO**

Direitos dos pacientes e responsabilidade médica

**AUTOR**

André Gonçalves Dias Pereira

**EDITORIA**

Coimbra Editora, 2015

A responsabilidade médica em Portugal está em verdadeira convulsão e o mais grave é a extrema indefinição e insegurança em que todos os operadores se movimentam. Desde regimes bicéfalos (quer na responsabilidade civil, quer no acesso à informação de saúde), a regime indefinidos, correntes jurisprudenciais antagónicas (em matéria do que sejam “obrigações de resultado” ou “atividades perigosas”), enfim, algo que não contribui para criar confiança.

Esta obra corresponde à edição comercial do trabalho de doutoramento do autor, cobrindo questões como: O direito e a medicina na aurora do século XXI; O direito civil (da medicina) como organizador do contato da vida humana com a (bio)medicina; Os direitos da pessoa doente; A responsabilidade civil médica; O direito e a medicina na era da cidadania.



**TÍTULO**

*Responsabilidade Financeira e Criminal - Direitos Constitucionais Sociais, Dinheiros Públicos e Recuperação de Ativos*

**AUTOR**

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira

**EDITORIA**

Juruá Editora, 2015

A obra trata do estabelecimento e efetivação de mecanismos de boa governança, assentes nos princípios da participação, da transparência, da responsividade às demandas da população, prestação de contas e responsabilidade. Princípios que são indissociáveis do desenvolvimento, no direito constitucional e internacional, de um princípio anticorrupção. O autor debruça-se sobre o modo como a responsabilidade financeira e criminal pode constituir um incentivo à melhoria da gestão dos dinheiros públicos e a uma melhor efetivação dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. O direito constitucional, o direito administrativo, o direito penal, a ciência da administração, a gestão pública e o controlo interno e externo devem combinar-se para garantir uma estratégia consistente e articulada.



**TÍTULO**

*A fraude académica no Ensino Superior em Portugal. Um estudo sobre a ética dos alunos portugueses*

**AUTOR**

Filipe Almeida, Ana Seixas, Paulo Gama e Paulo Peixoto

**EDITORIA**

Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015

A fraude cometida por estudantes é um problema de ordem institucional, social e moral. Ela compromete a solidez de estruturas básicas da sociedade, como a confiança nas instituições e a confiança interpessoal. O livro destina-se a apresentar e discutir os resultados de um estudo sobre a fraude académica cometida por estudantes no ensino superior em Portugal realizado entre 2011 e 2014, no âmbito do projeto de investigação “A ética dos alunos e a tolerância de professores e instituições perante a fraude académica no ensino superior, conduzido por docentes da Universidade de Coimbra, no Centro de Estudos Sociais, e financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia. No seu âmbito foram questionados 7.292 alunos e 2.727 docentes. O livro apresenta resultados desagregados por área científica.



